

Governo da Bahia afirma que não vai aumentar ICMS dos combustíveis em agosto em agosto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Acorda Cidade

O **governo do estado** afirma que é falsa a informação de que aumentará o **ICMS** de combustíveis a partir de 1º de agosto de 2021. Segundo o site Bahia contra o Fake, o imposto estadual não é reajustado há cerca de 4 anos e não há previsão para que ocorra um novo reajuste. Como a alíquota significa um percentual a ser aplicado sobre o valor de venda do produto, o valor arrecadado do imposto varia quando o preço do combustível é reajustado nas bombas, ou seja. Não é o **Governo do Estado** quem define o valor de mercado dos combustíveis.

De acordo com a Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), 'a cobrança do imposto ocorre nas refinarias de petróleo em regime de substituição tributária, a partir de valores de referência que tomam por base os preços

médios nas bombas'. A política tributária do **Governo do Estado** não mudou, explica a Sefaz: 'o que aconteceu foi alteração na política de negócios da Petrobras, verdadeira raiz do descontrole ocorrido nos últimos anos. Desde 2017, a companhia tem aplicado sucessivos reajustes em seus preços internos com base na paridade com o mercado internacional de petróleo e na cotação do dólar. Enquanto mantém subutilizada a capacidade máxima de refino de suas plantas, a Petrobras, ao precificar seus produtos como se fossem integralmente importados, vem maximizando seus lucros não em função de ganhos de gestão ou performance, mas com base em sua condição de detentora de monopólio no setor'.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo da Bahia, Governo do Estado | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

Compras até 31 de julho concorrem no próximo sorteio da Nota

Premiada



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os participantes da **Nota Premiada Bahia** têm até o dia 31 de julho para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no próximo sorteio da campanha de cidadania fiscal do **Governo do Estado**, que irá distribuir o total de R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil. O sorteio de agosto terá como referência os bilhetes gerados a partir de compras feitas ao longo deste mês. Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e realizar compras com a inclusão do CPF até o final de julho para participar do próximo sorteio.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada. A partir da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha. Os bilhetes para o próximo sorteio estarão disponíveis para consulta a partir da segunda semana de agosto. Já os contemplados serão conhecidos no dia 19 de agosto e o resultado será publicado no site da

campanha e nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 617 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.770 pessoas, das quais 1.132 moram na capital, 637 no interior e uma fora do estado.

Além de concorrer nos sorteios de prêmios em dinheiro, o participante da **Nota Premiada Bahia** ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 537. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades.

As informações são da Secom de Feira de Santana.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Participantes da Nota Premiada Bahia têm até dia 31 de julho para concorrer ao sorteio de campanha



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os participantes da **Nota Premiada Bahia** têm até o dia 31 de julho para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no próximo sorteio da campanha de cidadania fiscal do **Governo do Estado**, que irá distribuir o total de R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil.

O sorteio de agosto terá como referência os bilhetes gerados a partir de compras feitas ao longo deste mês. Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e realizar compras com a inclusão do CPF até o final de julho para participar do próximo sorteio.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada. A partir da Loteria Federal, é extraído o número

da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha. Os bilhetes para o próximo sorteio estarão disponíveis para consulta a partir da segunda semana de agosto. Já os contemplados serão conhecidos no dia 19 de agosto e o resultado será publicado no site da campanha e nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 617 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.770 pessoas, das quais 1.132 moram na capital, 637 no interior e uma fora do estado.

Além de concorrer nos sorteios de prêmios em dinheiro, o participante da **Nota Premiada Bahia** ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 537. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Veículo: Gov Bahia	
Data: 28/07/2021	



Compras até 31 de julho concorrem no próximo sorteio da Nota Premiada

28 julho 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Os participantes da Nota Premiada Bahia têm até o dia 31 de julho para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no próximo sorteio da campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado, que irá distribuir o total de R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil. O sorteio de agosto terá como referência os bilhetes gerados a partir de compras feitas ao longo deste mês. Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e realizar compras com a inclusão do CPF até o final de julho para participar do próximo sorteio.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada. A partir da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha. Os bilhetes para o próximo sorteio estarão disponíveis para consulta a partir da segunda semana de agosto. Já os contemplados serão conhecidos no dia 19 de agosto e o resultado será publicado no site da campanha e nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 617 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.770 pessoas, das quais 1.132 moram na capital, 637 no interior e uma fora do estado.

Além de concorrer nos sorteios de prêmios em dinheiro, o participante da Nota Premiada Bahia ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 537. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades.

Fonte: Ascom: Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz)

Desconto de 5% no pagamento do IPVA encerra esta semana para placas de final 9 e 0



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

pp_amp_intext | /75894840/CN1_AMP_02

Encerra nesta semana o prazo para os proprietários de veículos com placas de final 9 e 0 aproveitarem o desconto de 5% no pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) de 2021, em cota única. Os prazos se encerram nos próximos dias 29 e 30 de julho, respectivamente. As datas podem ser consultadas na tabela do **IPVA** 2021 do Estado da Bahia, disponível no www.sefaz.ba.gov.br, Canal Inspetoria Eletrônica.

De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba), os proprietários de veículos com placas de final 5 e 6 têm também até os dias 29 e 30 de julho, respectivamente, para pagar o **IPVA** em cota única e sem desconto. Caso o proprietário não regularize o imposto e o licenciamento, o automóvel

ficará com a documentação irregular. As placas de final 1, 2, 3 e 4 já perderam o prazo para quitação do imposto.

pp_amp_intext | /75894840/CN1_AMP_03

O contribuinte pode fazer o pagamento em uma agência, um caixa eletrônico ou um aplicativo do Banco do Brasil, do Bradesco ou do Bancob, bastando apenas apresentar o número do Renavam. Para quem estiver elegível, o desconto de 5% no **IPVA** é calculado automaticamente no momento da transação.

Parcelamento

Os proprietários de veículos com placas terminadas em 9 e 0 podem optar ainda por dividir o **IPVA** em três parcelas, sem o desconto. Para isso, basta observar os vencimentos das cotas na tabela, também de acordo com o número final da placa do veículo. Quem perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento em três vezes, devendo efetuar o pagamento integral do imposto até a data da última parcela.

Todas as informações poderão ser consultadas neste site, Canal Inspetoria Eletrônica - **IPVA**, ou pelo call center da Secretaria da Fazenda do Estado, no 0800 071 0071 (ligações de telefone fixo) e no 71 3319-2501 (para ligações de celular ou de telefone fixo). Os débitos referentes à taxa de licenciamento e às multas de

trânsito deverão ser pagos até a data de vencimento da terceira parcela. Os débitos anteriores do **IPVA** ainda não notificados também podem ser divididos em três vezes, juntamente com o **IPVA** 2021. No entanto, o proprietário que perder o prazo da primeira cota deixa de ter o direito ao parcelamento.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - IPVA



Deputado estadual Hilton Coelho (PSOL)

28 de julho de 2021 | 14:13

Tribunal de Justiça derruba limitações do abono de permanência para os servidores públicos estaduais

BAHIA

Like 3

As Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra a Lei Estadual nº 14.262/2020, que disciplina o abono de permanência dos militares estaduais e servidores públicos civis do Estado da Bahia, propostas pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), através da assessoria jurídica do mandato do deputado estadual Hilton Coelho (PSOL) e pelo coletivo Carreiras de Estado Organizadas (CEO), que congrega seis associações representativas de categorias de servidores, foram acolhidas por unanimidade pelo Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA).

Em seu voto, a desembargadora relatora Pilar de Claro suspendeu a vigência do artigo 3º da Lei do Abono de Permanência, que limitava a percepção da vantagem para apenas 10% dos servidores públicos, a partir de 1º de janeiro de 2022. Ela afirmou que a norma viola o princípio da isonomia, pois servidores em situações idênticas poderiam ter acesso à vantagem pecuniária, enquanto outros não gozariam do direito, dada a limitação inconstitucional de 10% prevista na Lei, proposta pelo Poder Executivo e acolhida pelo Poder Legislativo.

Por outro lado, a relatora manteve a limitação imposta nos artigos 1º e 2º da Lei Estadual nº 14.262/2020, que impede a concessão de novos abonos de permanência para os servidores públicos até 31 de dezembro de 2021, em vista da situação de emergência criada pela pandemia da Covid-19. Assim, a partir de janeiro de 2022, todos os servidores do estado que venham a preencher os requisitos para aposentadoria, mas que optem por continuar em atividade, poderão solicitar a percepção do abono de permanência, correspondente ao valor da contribuição previdenciária.

Na ação, o PSOL também solicitava a declaração de vícios formais da norma, com a nulidade do Ato da Presidência da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) que instituiu o Sistema de Deliberações Remotas. O Ato foi definido de forma unilateral pelo presidente da Casa Legislativa, sem ouvir o plenário como manda a Constituição Estadual e o Regimento Interno, e significou na redução do tempo de fala dos deputados e o funcionamento das Sessões. A Relatora manteve a validade da Deliberação Remota, mas suspendeu o artigo 8º do referido Ato da Presidência, que limitava o tempo de fala dos deputados em cinco minutos, garantindo aos parlamentares os 20 minutos para manifestação previstos no Regimento Interno da Casa.

"Trata-se de uma vitória do serviço público baiano, impedindo a aposentadoria em massa de servidores públicos que levam consigo toda uma experiência acumulada na atuação e que muitas vezes não tem condições de repassá-la para os novos servidores. É também uma vitória da democracia, para que a ALBA garanta o direito integral de fala dos parlamentares fortalecendo assim as deliberações tomadas em plenário e não de forma unilateral pela Presidência da Casa", avalia e conclui Hilton Coelho.



Com investimento de R\$ 100 milhões, Estado garante uma refeição a mais para estudantes

28 julho 2021



Foto: Elói Corrêa/GOVBA

Com o retorno das atividades escolares na rede estadual, no modelo híbrido, os estudantes vão à escola três vezes na semana, e, nos demais dias, acompanham de casa as atividades programadas. Para isso, o Governo do Estado garantiu um investimento de mais de R\$ 100 milhões em alimentação escolar e acrescentou mais uma refeição. Para os estudantes do turno matutino, são servidos um café da manhã na chegada à escola e um almoço antes de ir para casa. Para o turno vespertino, são servidos o almoço e a ceia antes da saída; e, no noturno, também é servida uma ceia. As aulas do Ensino Médio foram retomadas na última segunda-feira (26).

“Fizemos um investimento em mais de R\$ 100 milhões, isso como parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); aumentamos a per-capita/dia (investimento por aluno), onde tínhamos uma per-capita de 0,36 centavos e a gente avançou para, aproximadamente, R\$ 2, para que os estudantes tivessem duas refeições durante o dia. Isso como uma forma de garantir um conforto e segurança dos estudantes com alimentação na escola, nesse período que vai ser tão importante”, afirmou o superintendente de Planejamento Operacional da Rede Escolar, da Secretaria da Educação do Estado (SEC), Manoel Calazans.

Neste momento de pandemia, a segurança alimentar dos alunos e os protocolos de biossegurança, também são uma preocupação da diretora do Colégio Estadual Heitor Villa Lobos, Jeana Lemos de Oliveira. “É muito importante, por que a gente sabe que alguns dos nossos alunos vivem um momento de insegurança alimentar muito grande e principalmente agora que essa alimentação está sendo reforçada, a gente crê que está sendo um grande apoio na vida deles”, afirmou a gestora do colégio situado no bairro do Cabula VI, em Salvador.

A estudante Hellen Blanco (16), que faz parte do colegiado, afirmou que a alimentação escolar “é de extrema importância, não só para mim, mas para todos os alunos que compõem o Colégio”. Ela ressaltou, ainda, que os protocolos necessários de segurança estão sendo seguidos por todos e que o colegiado tem participado das decisões. “Estivemos em todas as reuniões pendentes e conseguimos obter resultados positivos”, completa Hellen.

Cada unidade adota uma estratégia para fornecer a refeição. No Colégio Estadual Heitor Villa Lobos, a refeição é feita de forma escalonada, por turma. Os alunos são direcionados em fila para o pátio da cantina, onde ocorre a distribuição da merenda. Todos os alunos são orientados a utilizar o álcool em gel, que estão distribuídos nos corredores da unidade. Há sinalização em todo o espaço escolar mantendo o distanciamento social de um metro e meio, sendo permitido apenas dois alunos por mesa.

A merendeira Luziane Santos, responsável pela preparação da refeição na unidade escolar, explicou que o manuseio dos alimentos segue todos os protocolos de higiene, desde a chegada dos produtos, preparo e distribuição aos estudantes. “O fornecedor traz os alimentos, guardamos e, antes de usar, lavamos e higienizamos os alimentos com hipoclorito de sódio”, relatou Luziane, que garante que o mesmo é feito com os pratos e talheres na unidade escolar.

José Domingos, diretor do Colégio Estadual Governador Roberto Santos, situado no bairro do Cabula, também na capital, destacou que a refeição na unidade é distribuída em sala. “Essa distribuição está sendo feita dentro dos protocolos, onde cada profissional da área de alimentação se dirige a cada aluno que ali se encontra”.

O cardápio da merenda escolar é elaborado pelas nutricionistas da Secretaria da Educação do Estado e inclui frutas, verduras e carnes, seguindo como base a referência do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mas levando em consideração características regionais.

Capacitação

Ao longo de 2020 e no primeiro semestre deste ano, a Secretaria de Educação do Estado promoveu capacitações on-line para as merendeiras da rede, com foco na manipulação e distribuição da alimentação escolar, de acordo com os protocolos sanitários.

O superintendente de Planejamento Operacional da Rede Escolar, Manoel Calazans, destacou que houve uma ampla capacitação das merendeiras e dos diretores das unidades escolares. “Fizemos todo um conjunto de capacitação de manual de boas práticas para que se tivesse total segurança, desde a preparação dos alimentos até a distribuição de forma segura, higienização dos utensílios para que não houvesse nenhum tipo de contaminação”, complementou Calazans.

Repórter: Lucas Gravatá

**Matéria supervisionada por Hetth Carvalho e Milena Leal*

Cresce projeção de superávit para Estados e municípios

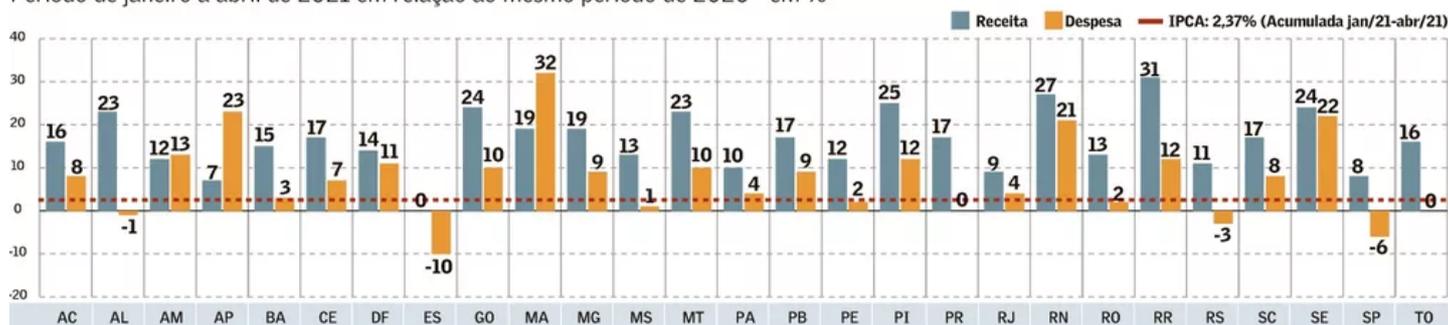
Contenção de gastos e melhora do ICMS estão entre motivos para revisão da estimativa do Ministério da Economia

Por Fabio Graner — De Brasília

29/07/2021 05h00 · Atualizado há 3 horas

Receitas disparam e despesas ficam contidas nos Estados

Período de janeiro a abril de 2021 em relação ao mesmo período de 2020 - em %



Fonte: Tesouro Nacional

O ministério da Economia elevou para R\$ 29,3 bilhões a projeção de superávit primário dos Estados e municípios neste ano, número bem acima da meta indicativa para 2021 - saldo positivo de 200 milhões. A estimativa anterior já mostrava uma expectativa favorável para os governos regionais, um superávit de R\$ 22,7 bilhões.

O bom desempenho fiscal verificado até maio, no qual o saldo acumulado em 2021 até maio chegou a R\$ 40,7 bilhões (de acordo com o Ministério da Economia), foi um dos motivos para a revisão. O quadro tem sido impulsionado pela disparada na arrecadação do ICMS e também pela contenção de gastos com pessoal determinada pela Lei Complementar 173, aprovada em meio à pandemia e que congelou os vencimentos dos servidores dos entes até o fim do ano.

Uma fonte da área econômica explica que o ICMS, principal imposto dos Estados (e que também é compartilhado com as prefeituras), está tendo forte expansão, impulsionado pelo “boom” de commodities, a alta da inflação interna e o próprio crescimento econômico. Além disso, o tributo tem forte peso em combustíveis e energia, itens com preços em alta este ano.

Só nos Estados, a arrecadação de janeiro a abril (dado mais recente disponível com detalhamento) subiu 13,5%, ante 2,4% do IPCA do período. As maiores altas ocorreram em Roraima (31%), Piauí (25%), Goiás (24%) e Espírito Santo (24%). As despesas subiram apenas 2,6% no dado agregado dos Estados, praticamente igual à inflação.

Apesar disso, a leitura do governo e de especialistas é que é cedo para se considerar que a melhora fiscal dos entes federativos, em especial dos Estados (em crise crônica desde 2015), veio para ficar. Não há garantia sobre o comportamento da receita e há grande dúvida sobre como os governadores se comportarão em 2022, quando não haverá mais restrições para aumento de despesas ao mesmo tempo em que o país irá às urnas.

Segundo uma fonte do governo, o próximo ano vai deixar claro quais Estados estarão de fato mostrando comprometimento com a mudança e solidez das contas e quais optarão pela via fácil do aumento indiscriminado de despesas, inclusive obrigatórias, como pessoal. Para essa fonte, a chave para analisar isso será o gasto com o funcionalismo, após dois anos de congelamento e eleições no radar.

Secretário de Fazenda de Alagoas, George Santoro, destaca que a arrecadação está de fato crescendo muito, em grande medida por impacto de preços mais altos em energia e combustíveis. Além disso, há um efeito de redução de restos a pagar neste ano, devido a transferências do governo federal no ano passado, além da contenção na despesa com pessoal e menores gastos em decorrência da pandemia comparado a 2020.

“Eu acredito que esse resultado primário maior dos Estados nesse primeiro semestre vai se diluindo no segundo semestre porque os preços das despesas vão aumentando, teremos uma ampliação natural dos gastos de investimentos”, disse Santoro. “A grande preocupação é com o que vai acontecer no ano que vem. O último ano de qualquer governo há pressão de gastos maiores, então 2022 tende a ter incremento maior de gastos”, ele acrescentou, destacando que nas últimas décadas tem ocorrido ampliação de gastos permanentes nos anos eleitorais.

Para Josué Pelegrini, especialista em contas públicas, os ganhos de resultado primário não parecem estruturais. “Mas não significa que eles voltarão para déficit. A tendência é um superávit mais moderado”, afirmou. Segundo ele, os Estados provavelmente vão aproveitar a melhora para recompor investimentos, que se mantiveram baixos por muitos anos, e possivelmente em 2022 os dilemas fiscais que estavam postos em 2019, sobre como ter espaço fiscal para investir sem ameaçar a sustentabilidade das contas estarão de volta.

“Em 2022 vai ter pressão de gastos, tanto de investimentos como de pessoal, por causa de eleição, acho que essa folga dada vai acabar sendo utilizado. Não me parece que houve melhora permanente. Acredito que vai se retomar a história que estava sendo contada até 2019”, disse.

Para o diretor institucional do Comitê de Secretários Estaduais de Fazenda, André Horta, embora as perspectivas sejam mais favoráveis ainda é cedo para falar em recuperação conjunta dos entes federativos. “O que eu posso dizer é que ano passado nós tivemos uma base deprimida e que os resultados desse ano mostrarão um ano sem recessão ante um ano com forte recessão como foi o de 2020”.

Diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto avalia que o resultado fiscal de Estados e municípios está surpreendendo. “As transferências feitas pelo governo central, no ano passado e as postergações de pagamento de serviço de dívida podem explicar parte do movimento”, disse, apontando que é preciso mais dados para entender melhor a natureza do processo. “O boletim dos entes subnacionais do Tesouro é um avanço, mas a transparência ainda precisa aumentar muito nessa matéria”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Mesa cotton multifuncional, a mesa de vine mais vendido do mundo!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Dor nas costas? Este novo suporte para as costas mantém toda a sua coluna no lugar!

DRPOSTURA.COM

Comprar Agora

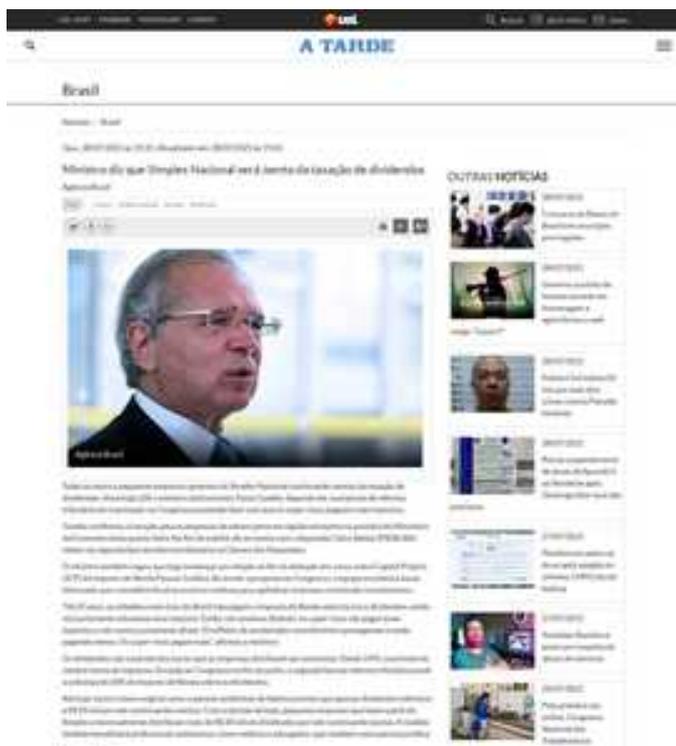
LINK PATROCINADO

Tecnologia, design, funcionalidade e diversão, veja tudo o que o max hoverboard pode te oferecer!

MAX HOVERBOARD

LINK PATROCINADO

Ministro diz que Simples Nacional será isento da taxaço de dividendos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Agência Brasil

Todas as micro e pequenas empresas optantes do Simples Nacional continuarão isentas da taxaço de dividendos, disse hoje (28) o ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo ele, a proposta de reforma tributária em tramitaço no Congresso pretende fazer com que os super-ricos paguem mais impostos.

Guedes confirmou a isenço para as empresas de menor porte em rápida entrevista na portaria do Ministério da Economia nesta quarta-feira. No fim da manhã, ele se reuniu com o deputado Celso Sabino (PSDB-BA), relator da segunda fase da reforma tributária na Câmara dos Deputados.

O ministro também negou que haja mudanças em relaço ao fim da deduço dos Juros sobre Capital

Próprio (JCP) do Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Ao enviar a proposta ao Congresso, a equipe econômica havia informado que o benefício fiscal se mostrou ineficaz para capitalizar empresas e estimular investimentos.

'Hã 25 anos, os cidadãos mais ricos do Brasil nã pagam o Imposto de Renda sobre lucros e dividendos, entã nã justamente colocamos esse imposto. Entã, nã estamos dizendo: os super-ricos vã pagar esses impostos e nã vamos justamente aliviar 32 milhões de assalariados contribuintes que pagavam e estã pagando menos. Os super-ricos pagam mais', afirmou o ministro.

Os dividendos sã a parcela dos lucros que as empresas distribuem aos acionistas. Desde 1995, essa fonte de renda é isenta de impostos. Enviada ao Congresso no fim de junho, a segunda fase da reforma tributária prevê a cobrança de 20% de Imposto de Renda sobre os dividendos.

Até hoje, tanto o texto original como o parecer preliminar de Sabino previam que apenas dividendos inferiores a R\$ 20 mil por mês continuariam isentos. Com a decisã de hoje, pequenas empresas que fazem parte do Simples e eventualmente distribuam mais de R\$ 20 mil em dividendos por mês continuarã isentas. A medida também beneficiará profissionais autônomos, como médicos e advogados, que recebem como pessoa jurídica.

Compensaçoes

O ministro refutou o argumento de que a taxaço dos dividendos e o fim da dedução do JCP aumentem a carga tributária das empresas. Apresentado há duas semanas, o parecer de Sabino reduzirá o peso dos impostos sobre as empresas, ao reduzir a alíquota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, de 15% para 5% no primeiro ano e de 5% para 2,5% no segundo ano.

Na avaliação de Guedes, a queda no Imposto de Renda das empresas significará a redução da carga tributária de 34% para 24%, chegando a níveis semelhantes aos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em relação à queda de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões na **arrecadação** prevista com a reforma, o ministro diz que o crescimento das receitas do governo decorrente da recuperação da economia poderá reduzir a zero o impacto sobre as contas públicas.

'Na relatoria dele [de Sabino] está prevista até uma queda de R\$ 30 bilhões [na **arrecadação**]. O que está acontecendo é que o Brasil está crescendo mais rápido, a **arrecadação** está vindo mais forte e nós estamos transformando isso justamente nessa folga de R\$ 30 bilhões que haveria', concluiu.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 29/07/2021	Página: 02

Tribuna

Rombo nas contas

Somente na Bahia, o impacto nos cofres municipais pode chegar a R\$1,2 bilhões, estima a Confederação Nacional de Municípios (CNM). O estado é o terceiro que mais perderá, atrás somente de São Paulo e Minas Gerais. "No mundo inteiro, os países desenvolvidos ampliam a taxaço dos mais ricos. No Brasil, querem pegar o caminho contrário e prejudicar os municípios que é quem presta serviços aos mais pobres, na ponta. É inaceitável", rebateu Zé Cocá.

Auxílio

A prefeitura de Madre de Deus lançou o Programa Travessia, que vai assegurar um auxílio emergencial às pessoas que não possuem emprego e vivem em condições mínimas de sobrevivência, agravadas pela pandemia da Covid 19. Inicialmente, 1000 famílias serão beneficiadas com R\$ 300,00 mensais, pelo período de nove meses. Presente no lançamento, o deputado estadual Angelo Almeida (PSB), que preside a Comissão Especial para Avaliação dos Impactos da Pandemia da Covid-19, ressaltou a importância de medidas para auxiliar aqueles que estão com problemas financeiros.

Tribuna

Motoristas de app reclamam da alta do combustível

DAVI VALADARES
ESTAGIÁRIO

A tranquilidade de saber que há um carro disponível em poucos minutos pelo aplicativo – a qualquer hora e em qualquer dia da semana – mudou a maneira das pessoas se comportarem na cidade. No entanto, passados 7 anos desde a chegada ao Brasil do Uber (2014) começaram a surgir algumas reclamações por parte dos usuários quanto a eficiência do serviço, sobretudo no quesito rapidez e disponibilidade. Segundo relatos de usuários da plataforma ouvidos pela **Tribuna da Bahia**, nos últimos meses tem se acentuado o número de cancelamento nas corridas e também na demora na espera do serviço.

"O cancelamento nas

corridas é bem frequente no Uber. E isso nos deixa estressado porque eles cancelam depois de deixar o passageiro esperando minutos. Provavelmente eles verificam que o trajeto não rende e cancela", avaliou a passageira e usaria do aplicativo, lasmin Nascimento, de 28 anos. Outro usuário do aplicativo a reclamar foi Paulo Henrique, de 27 anos, que afirmou que já ocorreram diversos cancelamentos em cima da hora. "Ele demora mais quando a pessoa chama na promoção. Isso acontece porque o motorista consegue ver o valor da corrida. Então, quando tenho um compromisso eu costumo chamar no VIP ou no normal sem promoção", comentou ele que afirmou que já chegou diversas vezes atrasado no trabalho devido ao cancelamento. "Quando acontecia isso,

tinha que fazer um novo chamamento e, muita das vezes, chegava atrasado no trabalho, pois entre o chamamento e a chegada no trabalho demorava mais de 1h", relatou Paulo que usa o aplicativo desde que ele foi lançado.

Para o motorista de aplicativo Lázaro Antônio Cerqueira de Araújo, de 45 anos, esses cancelamentos vêm ocorrendo entre os motoristas devido ao aumento no preço dos combustíveis e o valor das corridas. Conforme ele destaca, apesar de não concordar com o procedimento, a estratégia é adotada pelos motoristas a fim de evitar prejuízos. "Tenho ouvido muitas reclamações de passageiros. Muitas das vezes ouço deles [passageiros] dizendo: 'cara ainda bem que você veio, pois tenho 20 minutos tentando e vários cancela-

ram'. O que eu imagino é que devido à pandemia muita gente ficou sem poder rodar, pois a demanda caiu e a gasolina subiu. Então, tudo isso junto, somando-se ainda a manutenção do veículo e o valor da corrida que às vezes chega a ser de R\$ 4,50, tenha impactado nesses cancelamentos", contou.

SIMACTTER

Segundo o presidente do Sindicato dos Motoristas por Aplicativos e Condutores de Cooperativas do Estado da Bahia (Simactter), Átila do Congo, essa recusa de algumas viagens por parte de alguns motoristas acontece devido ao baixo valor das tarifas. "Hoje nós temos uma tarifa totalmente defasada que não acompanha os índices inflacionários do nosso país. Hoje o preço do combustível custa quase R\$ 6 o litro da gasolina e R\$ 5 o

etanol. Tudo isso associado ao valor das tarifas fica inviável executar algumas corridas. Inclusive, todo esse conjunto está fazendo que muitos motoristas desistam da atividade pela baixa rentabilidade, por não ter segurança. Para o usuário é muito bom o valor das tarifas, mas para os motoristas não. Estão praticamente pagando para trabalhar", comentou Átila. Conforme o Uber, em Salvador, os parceiros que dirigiram por volta de 40 horas ganharam, em média, de R\$ 1.050 a R\$ 1.150 por semana.

JUSTIFICATIVA

Sobre as reclamações, o Uber disse em nota que a demanda aumentou e que busca sempre considerar, de um lado, as necessidades dos motoristas parceiros e, de outro, a realidade dos consumidores que usam a plataforma. "Pesso-

as que antes não usavam a Uber no dia a dia agora estão optando pelo app. Esse contexto de alta demanda por viagens vem se acentuando nas últimas semanas, conforme o avanço da campanha de vacinação e a reabertura progressiva de atividades comerciais pelas autoridades. Nesse sentido, os usuários estão tendo de esperar mais tempo por uma viagem porque, especialmente nos horários de pico, há mais chamados do que parceiros dispostos a realizar viagens. A demanda elevada significa que o app da Uber está tocando sem parar para os parceiros, situação em que eles relatam se sentirem mais confortáveis para recusar viagens, pois sabem que virão outros chamados na sequência, possivelmente com ganhos maiores", diz trecho da nota.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

**CONTAS Dívida Pública Federal
sobe e chega a R\$ 5,33 trilhões**

atarde.com.br/economia

Armando Avena


**ANÁLISE ECONÔMICA,
FATOS E NEGÓCIOS**
atarde.com.br/columnista/armandoavena
armandoavena@grupotarde.com.br

A Ferrari com o freio de mão puxado

“O setor da Construção Civil é uma Ferrari com o freio de mão puxado”, afirmou esta semana o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil, referindo-se aos fatores que estão impedindo o setor de bater um recorde de lançamentos e de geração de empregos. E a Bahia é um exemplo disso. O setor foi um dos primeiros a sair da crise, com vários lançamentos no segundo semestre de 2020, e houve um aumento de 40% na venda de imóveis em 2021. Mas o crescimento arrefeceu e Salvador registrou uma redução de 54% no número de lançamentos no 1º semestre de 2021, em comparação com o semestre anterior. Entre os empresários do setor, a intenção de investir permanece e a demanda continua aquecida, mas uma série de fatores está freando a Ferrari dos investimentos. Segundo Cláudio Cunha,

presidente da Ademi – Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário da Bahia, a burocracia é um desses fatores, pois o prazo para conseguir um alvará em Salvador é de sete meses a um ano e outro tanto para o registro da incorporação nos cartórios. Assim, os lançamentos de 2021 foram todos aprovados em 2020 e existem neste momento 12 mil unidades em

Salvador registrou uma redução de 54% no número de lançamentos no 1º semestre de 2021

processo de licenciamento, o que significa que novos lançamentos podem acontecer no 2º semestre. Cunha diz, no entanto, que o maior problema do setor é a alta exponencial no preço dos insumos, especialmente cimento e aço, afetando diretamente as planilhas de custo, já que a fundação e a estrutura representam cerca de 55% dos projetos. E esses aumentos terão de ser repassados aos preços dos novos imóveis lançados, o que impacta a demanda. Como se não bastasse, o governo federal cortou os recursos do FGTS e do orçamento destinados aos financiamentos dos imóveis do programa Minha Casa, Minha Vida, responsável por parte expressiva dos lançamentos de imóveis na Bahia. Quanto ao aumento da taxa de juros, o presidente da Ademi diz que a Selic ainda está na chamada zona neutra, de até 7%,

mas se subir acima disso o crédito ficará mais caro.

Cunha acredita no crescimento do setor, diz que a pandemia estimulou a compra de imóveis e que existe uma demanda reprimida. Afirma que o estoque de imóveis prontos em Salvador é de apenas 2,6 mil unidades, lembrando que em 2014 esse número chegava a 18 mil. Além disso, ressalta que os empreendimentos em análise serão lançados no 2º semestre e que existem novos nichos de mercado abertos pelo PDDU, que estão atraindo incorporadores e consumidores, como a Barra, onde ninguém construía e hoje tem mais de uma dezena de lançamentos. E bairros como Itapuã, Imbuí, Stela Maris, Horto Florestal, Graça e Vitória continuam atraindo lançamentos. Em resumo: a Ferrari ainda pode voltar a correr.

Os gargalos da construção

O presidente do Sinduscon – Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia, Carlos Maden, está preocupado com os cortes do governo federal no financiamento do programa Minha Casa, Minha Vida e diz que no orçamento de 2021 a previsão era de R\$ 1,5 bilhão para a faixa 1 e o governo reduziu para R\$ 400 milhões, que já fo-

ram usados. “Se não houver recomposição, o programa vai parar”, diz ele. E reclama do governo federal, citando o aumento da inflação, a reforma tributária, que pode aumentar impostos, e o desemprego em alta. Diz que o mercado não vai assimilar o repasse do aumento no custo dos insumos e, com a inflação em alta, os lançamentos vão se reduzir.

Pendências da Bahia

A Bahia tem três pendências na área de infraestrutura que precisam ser resolvidas. A mais grave, que esta coluna foi a primeira a anotar, é Ferrovia Centro-Atlântica, uma concessão federal para a VLI Logística, que nunca foi prioridade e, semiabandonada, permanece sem investimentos de porte. Outra pendência é a ViaBahia, que administra a BR-324, Salva-

dor-Feira, e não cumpre os investimentos programados e cuja promessa do governo federal de cancelar a concessão nunca se concretiza. A terceira é o chamado porto da Ford, uma área portuária equipada que foi concedida à Ford em regime de comodato por um século, mas está sendo devolvida e o governo do estado precisa dizer o que vai fazer com ela.

FINANCIAMENTO Nordeste teve o maior aumento da procura por crédito de janeiro a junho deste ano

Demanda por crédito cresce 26% no semestre

DANIEL MELLO

Agência Brasil, São Paulo

A procura dos consumidores por crédito cresceu 26,2% no primeiro semestre em relação ao mesmo período de 2020, segundo levantamento da Serasa Experian. Na comparação entre junho e o mesmo mês do ano passado, o crescimento na demanda por crédito ficou em 23,7%.

O maior crescimento foi na faixa de renda de até R\$ 500 por mês, que registrou no mês passado eleva-

A elevação da demanda por crédito é uma retomada após a queda provocada pela pandemia no primeiro semestre de 2020

ção de 34,3% em relação a junho de 2020. Para aqueles com renda mensal entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil, a demanda por crédito aumentou 21,3% em junho e, para a faixa entre R\$ 5 mil e R\$ 10 mil, subiu 21%.

Nordeste

No recorte por regiões, o Nordeste teve o maior crescimento na procura por crédito no primeiro semestre. Na comparação com o período de janeiro a junho de 2020, a alta ficou em 38,1%. No Norte, a expansão da de-



Marcello Casal Jr. / Agência Brasil

A procura mais elevada foi registrada na faixa de renda de até R\$ 500 por mês

manda ficou em 35,2%; no Centro-Oeste, em 35,2%; no Sudeste, em 24,2%; e no Sul, em 15,6%.

Segundo o economista Luiz Rabi, da Serasa Experian, o aumento da demanda por crédito é uma retomada após a queda provocada pela

pandemia de Covid-19 no primeiro semestre de 2020.

“Esse aumento está ligado, principalmente, ao avanço da vacinação, que, no atual cenário, melhora a confiança financeira dos consumidores”, afirmou.

Além disso, as taxas de ju-

ros continuam baixas, favorecendo a tomada de empréstimos. “As taxas de juros permaneceram em níveis atrativos, encorajando a tomada de crédito tanto para a aquisição de bens como para renegociação de dívidas”, acrescentou Rabi.

TRIBUTOS

Simplex será isento da taxa de dividendos

WELLTON MÁXIMO

Agência Brasil, Brasília

Todas as micro e pequenas empresas optantes do Simplex Nacional continuarão isentas da taxa de dividendos, disse ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo ele, a proposta de reforma tributária em tramitação no Congresso pretende fazer com que os super-ricos paguem mais impostos.

Guedes confirmou a isenção para as empresas de menor porte em rápida entrevista na portaria do Ministério da Economia. O ministro também negou que haja mudanças em relação ao fim da dedução dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) do Imposto de Renda Pessoa Ju-

rídica. Ao enviar a proposta de reforma tributária ao Congresso, a equipe econômica havia informado que o benefício fiscal se mostrou ineficaz para capitalizar empresas e estimular investimentos.

“Há 25 anos, os cidadãos mais ricos do Brasil não pagam o Imposto de Renda sobre lucros e dividendos, então nós colocamos esse imposto. Então, nós estamos dizendo: os super-ricos vão pagar esses impostos e nós vamos justamente aliviar 32 milhões de assalariados contribuintes que pagavam e estão pagando menos. Os super-ricos pagam mais”, afirmou o ministro. Dividendos são a parcela dos lucros que as empresas distribuem aos acionistas.

AGRONEGÓCIO

Agricultura familiar tem acesso a novos mercados

DA REDAÇÃO

Empreendedores da agricultura familiar baiana ampliam as possibilidades de comercialização e chegam à rede de supermercados Carrefour, no Distrito Federal. Os produtos orgânicos – doces em massa, de corte e geleia de umbu – da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc), além do flocão de milho não transgênico da Cooperativa Agropecuária Mista Regional de Irecê (Copirecê), estão nas prateleiras de nove estabelecimentos da marca.

A parceria entre a rede Carrefour e as cooperativas foi realizada por intermédio da Central do Cerrado, cooperativa formada por mais

de 30 organizações, entre cooperativas e associações de agricultores familiares extrativistas, das regiões do cerrado e da caatinga, conectando quem produz a quem consome.

Para o assistente técnico na gestão da Coopercuc, Daílson Andrade, essa é mais uma conquista da agricultura familiar: “Vamos atender ao Distrito Federal, mas já estamos negociando para chegar também a Goiás. O apoio ao projeto tem nos ajudado a impulsionar novos negócios”.

Para a assistente técnica na gestão da Copirecê, Vamary Santos, é um grande passo para a cooperativa. “Entramos em uma das maiores redes de varejo do Brasil”.

CRESCIMENTO

Faturamento da indústria de máquinas aumenta

CAMILA MACIEL

Agência Brasil, São Paulo

O faturamento da indústria brasileira de máquinas e equipamentos cresceu 45,4% em junho na comparação com o mesmo mês do ano passado, totalizando R\$ 17,5 bilhões em 2021. Em relação ao mês anterior, no entanto, houve estabilidade, com variação de -0,1%. Os dados foram divulgados hoje (28) pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

Nos últimos 12 meses, as vendas do setor totalizaram R\$ 198,7 bilhões, alta de 27,9%. No primeiro semestre do ano, a receita do setor cresceu 40,3% na comparação com igual período de

2020. O faturamento de janeiro a junho passou de R\$ 100,2 bilhões. Para este ano, a Abimaq estima crescimento de 18% a 20% no setor.

Segundo a entidade, os resultados são explicados pela manutenção do crescimento nos setores ligados ao agronegócio e pela recuperação das áreas ligadas ao consumo de bens duráveis e semiduráveis. O alto crescimento também é justificado porque a base de comparação em 2020 é baixa, tendo em vista a pandemia de Covid-19.

“O crescimento é grande, de 27,9% [semestral], mas estamos já prevendo um crescimento até o final deste ano que deve ficar entre 18% e 20%”, explicou o presidente da Abimaq, José Velloso.

BB amplia prazo para inscrição em concurso

MAIS DE 4 MIL VAGAS O Banco do Brasil prorrogou até as 23h59 de 7 de agosto o prazo para as inscrições no concurso público para o total de 4.480 vagas. As matrículas - que podem ser feitas no site da Fundação Cesgranrio, <https://www.cesgranrio.org.br> - se encerrariam ontem. A taxa é de R\$ 38.

São 2.240 oportunidades para contratação imediata e outras 2.240 para formação de cadastro de reserva. Há postos em todos os estados e o Distrito Federal. A seleção é para o cargo de escriturário, com os nomes de relacionamento de agente comercial e agente de tecnologia.

Segundo explicação do site GI, o cargo de escriturário possui nomenclaturas especifi-

SERVIÇO

● **Inscrição**
No site da Fundação Cesgranrio: www.cesgranrio.org.br até 7/8. R\$ 38

● **Vagas**
4.480 todas para ensino médio

cas para uso no relacionamento com o mercado, que variam de acordo com a unidade em que o funcionário está lotado.

Para este concurso, os candidatos podem concorrer para agente comercial, que trabalha na rede de agências do BB localizadas em todo o país, ou para agente de tecnologia, que assume na área de Tecnologia, em Brasília.

Para participar da seleção, o candidato precisa ter certificado de conclusão ou diploma de curso de nível médio, e idade mínima de 18 anos completos até a data da contratação.

A remuneração inicial é de R\$ 3.022,37, para jornada de 30 horas semanais. O banco oferece ainda ajuda alimentação/refeição de R\$ 831,16 por mês e, cumulativamente, concede cesta alimentação no valor mensal de R\$ 654,87.

ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BATE NOVO RECORDE, DIZ BC

MAIOR DA HISTÓRIA A crise econômica trazida pela pandemia de covid-19 fez o endividamento das famílias bater novo recorde no Brasil. Dados divulgados ontem pelo Banco Central mostram que o endividamento das famílias com o sistema financeiro chegou aos 58,5%. É o maior porcentual da série, iniciada em janeiro de 2005. O cálculo do BC considera o total das dívidas bancárias dividido pela renda das famílias em 12 meses. Como incorpora dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar Contínua e da Pesquisa Mensal de Emprego, ambas do IBGE, o porcentual tem certa defasagem. Por isso o resultado divulgado agora é de abril.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,1094	R\$ 5,1099
Dólar Turismo	R\$ 5,1100	R\$ 5,2700
Euro turismo	R\$ 6,0000	R\$ 6,2730

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	126.285,59	+1,34%

POUPANÇA

29/07/2021	0,1559%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Junho	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,53%	3,76%	8,34%
INPC/IBGE	0,60%	3,95%	9,22%
IGP-M/FGV	0,60%	15,09%	35,76%

CINCO TRILHÕES

3,07%

é a alta da dívida pública federal em junho frente a maio, alcançando R\$ 5,329 trilhões. No mês passado, o Tesouro Nacional aproveitou o cenário favorável para emitir mais títulos públicos e as emissões ultrapassaram os resgates em R\$ 138,12 bilhões.

Bahia ganha núcleo de governança do IBGC

GESTÃO EMPRESARIAL O potencial econômico, aliado às mudanças no perfil das empresas na Bahia ao longo dos últimos cinco anos, motivou a criação do Núcleo Bahia do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). O núcleo será lançado na sexta (30), em um evento virtual. Para Albérico Mascare-

nhas, coordenador do Capítulo Bahia do IBGC, existe pouco conhecimento em Governança Corporativa no empresariado baiano que, em boa parte, é composto por empresas familiares. "Então, sentimos essa necessidade de um órgão como o IBGC estar mais presente e mais alinhado com esse em-

presariado", justifica. A Governança Corporativa ajuda as empresas a profissionalizarem a gestão. O lançamento contará com palestras de Pedro Melo, diretor-geral do IBGC; Valéria Café, diretora de vocalização e influência do IBGC; e Maximiliano Carlomagno, fundador da Innoscience.

#Segundou

AGOSTO DA FILANTROPIA

Como fazer a diferença e ajudar a reduzir as desigualdades sociais?

Convidados:

02 AGO

Joca Guanaes

Marketing e Consultor de Estratégia

09 AGO

Carola Matarazzo

Diretora Executiva do Movimento Bem Maior

02 AGO

Rodrigo Pappozal

CEFAIA M&C

09 AGO

Luiza Trajano

Magazine Luiza

16 AGO

Erlo Lyra

Gerardo Falcões

16 AGO

Preto Zezé

Central Única das Favelas

23 AGO

Eugênio Mattar

Unilever

30 AGO

Priscila Cruz

Tekno Para Educação

Todas as segundas às 19h no Instagram

@CORREIO24HORAS

ECONOMIA

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

As incertezas permanecem

O PIB no segundo trimestre pode ter ficado estagnado ou ser até ligeiramente negativo. A economia cresceu mais do que o esperado no primeiro trimestre, mas não era a retomada, ou o início do crescimento sustentado. Era uma recuperação da queda do ano passado. A indústria foi muito afetada pela falta de peças e componentes, especialmente o setor automotivo. A agricultura enfrentou a mesma seca que reduziu o nível dos reservatórios das hidrelétricas, a inflação elevada em itens essenciais, como combustíveis e energia, tem tirado renda das famílias. O Banco Central iniciou um ciclo de alta dos juros em uma velocidade mais rápida do que o esperado. E o vírus continua rondando, agora com sua nova variante.

Nos bancos e consultorias, o cenário mais frequente é de que o PIB deste ano será mesmo de 5%, mas o de 2022 será em torno de 2%. Há muitos focos de incerteza. A recuperação existe, mas é desigual entre os setores e pode estar perdendo fôlego na margem, como dizem os economistas. No início do ano, a indústria surpre-

endeu, e os serviços decepcionaram. Quando saírem os dados do segundo tri, a indústria pode mostrar números no vermelho, e os serviços devem ficar no azul, pela reabertura da economia.

O economista Nilson Teixeira, sócio da Macro Capital Gestão de Recursos, prevê retração de 0,2% do PIB no segundo trimestre, em relação ao primeiro.

— Na comparação com o mesmo período do ano passado, as altas serão fortes. Mas contra o primeiro trimestre prevemos uma leve queda. Os serviços voltaram, mas em intensidade menor que o esperado, pelo baixo estágio de vacinação nesse período. A indústria enfrentou muitos problemas de suprimento e houve férias coletivas no setor automotivo — afirmou Teixeira.

Nessa comparação anual, o

Boletim Macro do Ibré/FGV estima um crescimento de 12,7%. Isso porque a comparação será com o segundo trimestre do ano passado, quando houve a maior queda das atividades. Na comparação com o primeiro trimestre deste ano, a expectativa é de alta de apenas 0,1%. Vários componentes do PIB devem registrar contração nesse período: indústria, construção civil, agropecuária e investimentos. Apesar disso, o Ibré melhorou a projeção para 2021. Foi de 4,8% para 5,2%. O olhar para a economia está assim: vermelho em um lado, azul em outro, típico de período de volta da queda, mas sem tração para a arrancada.

Há várias nuvens carregadas no horizonte econômico, de acordo com o economista Sérgio Vale, da MB Associados. A terceira onda da pandemia é um risco cada vez

maior, pelos dados da variante Delta em países desenvolvidos. A crise hídrica vai encarecer a conta de luz e aumentar as incertezas sobre o ano que vem, o que sempre afeta os investimentos. Os juros estão subindo em doses mais rápidas pelo Banco Central e já há bancos elevando as taxas de várias linhas, incluindo o crédito imobiliário. A inflação tem surpreendido para pior. Há ainda o risco político, que aumenta a instabilidade, com efeitos sobre o dólar e os principais ativos financeiros. Por tudo isso, a MB faz uma previsão de crescimento do PIB mais baixa do que a média do mercado. Prevê uma alta de 4,7% no PIB deste ano e apenas 1,8% no ano que vem.

A economia conseguiu evitar um solavanco maior com a segunda onda da pandemia e a vacinação avançou no país, apesar dos erros

do governo. Mas a variante Delta é uma ameaça. Mesmo que não leve o país à recessão, pode provocar uma desaceleração no crescimento. Tudo isso atrasa a melhora no mercado de trabalho, que vive situação dramática, com quase 15 milhões de desempregados. Essa variante tem provocado aumento de contágio em países que já vacinaram muito mais do que o Brasil. Os EUA, por exemplo, já têm 50% de duas doses aplicadas, enquanto o Brasil está com 22% da população imunizada. Essa variante já representa 90% dos casos por lá, enquanto aqui são apenas 10%.

— A variante Delta está piorando a pandemia em estados com baixa vacinação nos EUA. O risco é de redução no ritmo de crescimento da economia. Ela aumenta o receio da população, reduz o ritmo de abertura, de busca por serviços. As pessoas se sentem um pouco mais receosas para ir para grandes aglomerações — explicou Nilson Teixeira.

Há dúvidas no mundo inteiro sobre a evolução da pandemia e, portanto, da economia, mas o Brasil tem algumas incertezas a mais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACARANI
CNPJ N: 13.751.540/0001-59
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 004/2021
O Município de Macarani/BA comunica, que realizará, o Pregão Eletrônico n.º 004/2021, para Contratação de empresa especializada para prestar o serviço de Transporte Escolar no âmbito do município, acolhimento das propostas será a partir do dia 30/07/2021 às 08:00 até o dia 10/08/2021, quando ocorrerá a abertura das Propostas às 09:00 horas, dando-se sequência com a fase de Disputa de Preços no mesmo dia às 09:15 horas. O edital completo encontra-se no endereço www.licitacoes-e.com.br ou pmacarani.licitacao@gmail.com, assim como, através desse último endereço eletrônico, poderão ser esclarecidas quaisquer dúvidas até 48 (quarenta e oito horas) antes da sessão de recebimento das propostas. O Edital poderá, também, ser colhido pelos interessados no Diário Oficial do Município (www.macarani.ba.gov.br). O pregoeiro será realizado através do site www.licitacoes-e.com.br mediante inserção e monitoramento de dados gerados e transferidos para o aplicativo "licitações-e", constante na página eletrônica do Banco do Brasil, Licitação Banco do Brasil n.º 886339. Macarani-BA, 27 de julho de 2021. ALFREDO RUY SANTOS COSTA, PREGOEIRO

senac
AVISO DE LICITAÇÃO
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 06/2021
O SENAC – DR/BA torna público o Edital da CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 06/2021. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada nos serviços de Manutenção nos Equipamentos dos Sistema de Condicionamento de Ar para conforto, de todos os tipos, e modelos, (Split e Janela) e Refrigeração (Câmaras Frigoríficas) nas Unidades do SENAC agrupadas em Lotes, localizadas em Salvador e em cidades do Interior. **Abertura da Sessão:** Dia 16.08.2021, às 14h30 (horário local). **Local:** Avenida Tancredo Neves, n.º 1.109, Edifício Casa do Comércio, 10º andar – Caminho das Árvores, Salvador/BA - Sala de Reunião do SENAC. O Edital completo está disponível para download no seguinte endereço eletrônico: <https://transparencia.senac.br/#/ba/licitacoes>, ou para retirada diretamente na Coordenação de Licitações e Contratos do SENAC. Os interessados poderão obter informações pelo telefone (71) 3192-3809/3816, nos horários de 10h às 13h e 14h às 18h, dias úteis. Salvador, 29 de julho de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO
CNPJ N: 13.858.907/0001-38
ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO DA TOMADA DE PREÇO N.º 001/2021
ADJUDICAÇÃO
TOMADA DE PREÇO N.º 001/2021, Processo Administrativo n.º 094/2021
O Prefeito Municipal de Planalto - Bahia, após análise das propostas apresentadas, decidiu ADJUDICAR a empresa Contratada de empresa especializada em implantação de infraestrutura da RUA OSVALDO DE ANDRADE, localizadas no CENTRO do Município de PLANALTO Modalidade Tomada de Preço n.º 001/2021, à empresa: J C CONSTRUTORA E TRANSPORTE LTDA. CNPJ n.º 15.328.570/0001-82. Obedecendo às disposições contidas no edital, elaborado com base na Lei 8.669/1993, com as alterações da Lei 8.883/1994. Planalto - Bahia - Em, 14 de julho de 2021. CLOVES ALVES ANDRADE - Prefeito Municipal
HOMOLOGAÇÃO
TOMADA DE PREÇO N.º 001/2021, Processo Administrativo n.º 094/2021
O Prefeito Municipal de Planalto - Bahia, após análise das propostas apresentadas, decidiu HOMOLOGAR a empresa J C CONSTRUTORA E TRANSPORTE LTDA, CNPJ n.º 15.328.570/0001-82 - Objeto: Contratação de empresa especializada em implantação de infraestrutura da RUA OSVALDO DE ANDRADE, localizadas no CENTRO do Município de PLANALTO Modalidade Tomada de Preço n.º 001/2021. Obedecendo às disposições contidas no edital, elaborado com base na Lei 8.669/1993, com as alterações da Lei 8.883/1994. Planalto - Bahia - Em, 14 de julho de 2021. CLOVES ALVES ANDRADE - Prefeito Municipal
EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 094/2021, MODALIDADE LICITATÓRIA: TOMADA DE PREÇO N.º 001/2021, CONTRATO N.º 081/2021, CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO - BAHIA, CNPJ N.º 13.858.907/0001-38, CONTRATADO: J C CONSTRUTORA E TRANSPORTE LTDA, CNPJ n.º 15.328.570/0001-82. OBJETO: Contratação de empresa especializada em implantação de infraestrutura da RUA OSVALDO DE ANDRADE, localizadas no CENTRO do Município de PLANALTO. **DOTAÇÃO:
Entidade: Prefeitura Municipal de Planalto. Órgão: 7000 - SECRETARIA TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS. Unidade: 070001 - SECRETARIA TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.
Total Projeto/Atividade:
2.014 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE INFRA-ESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS
1.004 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E VIAS PÚBLICAS
4490.51.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES
VALOR TOTAL: R\$ 185.126,55 (cento e oitenta e cinco mil cento e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos).
VIGÊNCIA: 07 (sete) meses. ASSINATURA: 19 de julho de 2021.**

IMPLANTES ORTOPÉDICOS. (ORTÊSES, PRÓTESES, ARTROSCÓPIA)
TECNOLOGIA DE ÚLTIMA GERAÇÃO.
PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS.
ATENDIMENTO PERSONALIZADO.

BAHIA MED
Centro de Especialidades em Ortopedia e Traumatologia

RUA PROFESSOR LEMOS DE BRITO, 28 - BARRA TEL. 3264.9699

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redabahia.com.br



@satelite

●● A gente espera do governador é que ele explique onde foram parar os R\$ 48 milhões pagos pelos respiradores, não que ele faça ataques gratuitos e politicagem
Sandro Régis

Deputado estadual do DEM e líder da oposição na Assembleia, ao responder críticas de Rui Costa (PT) contra adversários em entrevista ao site Política Livre

Perdas e danos à vista

Políticos ligados ao Palácio do Planalto alertaram o núcleo estratégico do presidente Jair Bolsonaro sobre o risco de apostar em um nome que represente sua ala na briga pelo governo estadual. O cálculo é que a polarização entre o ex-prefeito ACM Neto (DEM) e o senador Jaques Wagner (PT) seria menos prejudicial na busca de Bolsonaro pela reeleição. Em conversas reservadas, parlamentares e dirigentes de partidos governistas na Bahia garantem ter avisado à cúpula presidencial que o sonho do PT é duelar com um bolsonarista, lista encabeçada pelo ministro da Cidadania, João Roma (Republicanos). Sobre tudo, pela alta rejeição do presidente no estado.

PONTA DO LÁPIS

Ao mesmo tempo, destacaram seguidas pesquisas que apontam índice substancial de votos consolidados para ACM Neto. "Apesar de se opor a Bolsonaro, Neto tem força junto aos eleitores do presidente, mas atrai também a fatia do centro que rejeita Bolsonaro e o PT. Bolsonarista não agrega isso e ainda afasta", disse um político ouvido pela Satélite.

Palavra final

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar em 25 de agosto um recurso que deve estabelecer parâmetros jurídicos para todas as disputas de terras consideradas de tradicional ocupação indígena no Brasil. Entre elas, a Serra do Padeiro, em Buerarema, no Sul da Bahia, palco de confrontos entre tupinambás e fazendeiros sobre a propriedade de 500 hectares retomados, em 2013, pelos integrantes da tribo. O julgamento, relativo à posse de parte de uma reserva em Santa Catarina, pode destravar os processos sobre demarcação de áreas indígenas, atualmente suspensos pelo ministro do STF Edson Fachin, que definiu o fim da pandemia ou a análise desse recurso como critério para liberar tais ações.

Trem da alegria

O Ministério da Infraestrutura escolheu Brumado, no Sudoeste baiano, como palco da cerimônia de assinatura do contrato de concessão da Fiol, agendada para início de setembro. A data precisa ainda não foi decidida, mas a intenção é transformar a solenidade em uma vitrine para o presidente da República e multiplicar os dividendos com o leilão do primeiro trecho da ferrovia, arrematado pela Bamin em abril.

Fim da fila

As costuras para filiar o deputado estadual Roberto Carlos (PDT) ao PSB permanecem fora da agenda prioritária do partido. Para a maioria dos cardeais da sigla, o assunto só deve entrar na ordem do dia em 2022.

Passo a passo

O comando do Conselho de Ética da Assembleia Legislativa vai entregar em breve ao presidente da Casa, Adolfo Menezes (PSD), o relatório final do processo que recomenda a suspensão de 30 dias imposta ao deputado estadual Capitão Alden (PSL) por acusar parlamentares da oposição de receberem mesada da prefeitura de Salvador. Cabe a Menezes remeter o caso à votação pelo plenário da Assembleia para que a pena seja aprovada ou não.

Salvador expande oportunidades na retomada

Com série de iniciativas, a cidade começa a ver a economia voltar a crescer.

30/07, Leia aqui no Correio.

Salvador gera empregos e oportunidades de negócios

IMAGEM MERAMENTE ILUSTRATIVA

CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIRAMA
AVISO DE CANCELAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2021. A comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Buritirama/BA, torna público para o conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO do PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2021, referente a contratação de empresa especializada em Prestação de serviço de conectividade a internet - link dedicado, para conectividade a internet com garantia de download e upload na mesma velocidade, uso ilimitado, destinado a manutenção dos serviços desta Câmara Municipal, em decorrência da constatação de impropriedades de fundamental importância no processo licitatório. Buritirama/BA, 28 de julho de 2021. Célia Alves Silva-Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2021 Retifica-se por lapso de digitação, o Aviso de Licitação, publicado pela Prefeitura de Formosa do Rio Preto - BA, referente ao PREGÃO Presencial nº 029/2021, no dia 28 de julho de 2021. No Aviso de Licitação, onde se lê: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.429/2021, Leia-se: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.467/2021. Formosa do Rio Preto - BA, 28 de julho de 2021. Manoel Afonso de Araújo - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA
CNPJ N: 14.235.899/0001-36
AVISO TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2021
OBJETO: contratação de empresa especializada para aquisição e instalação de ACADEMIAS AO AR LIVRE, NO MUNICÍPIO DE VALENÇA/BA, VISANDO ATENDER AO CONTRATO DE REPASSE Nº 874275/2018/ME/CAIXA. Data de abertura: 16/08/2021, às 09:00 horas. Julgamento: Menor Preço Global Local: Salão de reuniões da CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas, sito à 2ª Travessa Dr. Raul Malbouisson, sn, São Felix, Valença-BA, CEP 45.400-000. O Edital encontra-se disponível na Prefeitura no endereço acima, bem como no Diário Oficial do Município www.valenca.ba.io.org.br. Tel: (75) 3641-8610. Valença-BA, 28 de julho de 2021. Márcio Herbet Rocha Pinheiro - Presidente da Comissão de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HELIÓPOLIS
CNPJ N: 13.393.178/0001-91
AVISO DE ADIAMENTO
AVISO DE ADIAMENTO DA ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO RP 018/2021- PMH
A Comissão de Licitação do Município de Heliópolis, comunica o adiamento da abertura para o dia 10 de agosto de 2021, às 10:00 horas, tendo em vista a divergência no TR. O Edital e informações complementares encontra-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, situada à Praça José Dantas de Souza, 02, Heliópolis, Estado da Bahia ou pelo endereço eletrônico: www.heliopolis.ba.gov.br. Horário: 08:00 às 12:00 h de segunda a sexta-feira. Heliópolis (BA), 29 de julho de 2021. Antonio Jackson Maranduba de Sousa. Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA NOVA
CNPJ N: 13.894.894/0001-52
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 020/2021
A CPL da PM torna público que realizará em sua sede no dia 12/08/2021 às 10h00min PE-SRP-020/2021, conforme autorização contida no PA 073/2021. Objeto: Registro de Preços para Futura e eventual Aquisição de Material Gráfico necessário para a manutenção dos serviços do município de Boa Nova-BA. Através da plataforma www.bnc.org.br. Informações na PMBN. Av. Nossa Senhora da Boa Nova, das 8h às 12h, Tel. (77) 3433-2145, Boa Nova-BA, 29/07/2021-Marinaldo da R. Silva-Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAGÉ
CNPJ N: 13.906.409/0001-13
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO N29/21
A PREFEITURA DE ANAGÉ/BA realizará pregão eletrônico para registro de preço, tipo menor preço por lote, no dia 12/08/2021, às 09h LOCAL, no site, https://www.licitacoes-e.com.br, cujo finalidade é a Contratação de empresa para Fornecedor de Carnes de Acordo com Especificações Constantes no ANEXO III-Termo de Referência do Edital. O Edital, pode ser obtido, no site ou na prefeitura, situada na Rua Fidélis Botelho, 28, Centro, Anagé/BA, de segunda à sexta-feira (exceto feriados) de 08h às 12h, mediante pagamento do DAM, no valor de R\$ 30,00.
JONATHAN SILVA SOARES
Pregoeiro

Tribuna



Faltou..

Uma *live* organizada por um grande jornal no dia 14 foi palco de debate sobre fraudes no setor de óleo e gás. Havia representantes do Governo, presidentes de grandes empresas, advogados de bancas famosas e até pesquisadora. O cenário seria perfeito se não fosse por um detalhe: deixaram de avançar nas discussões sobre uma fraude gigantesca, praticada às claras e que foi objeto de reportagem do jornal *O Dia* no Rio.

..o principal

Grandes distribuidoras forjam remessas de combustíveis para postos em Minas Gerais e Espírito Santo (Estados onde a alíquota do ICMS é mais baixa), mas os produtos são vendidos, de fato, no Rio de Janeiro, causando prejuízo milionário aos cofres do Estado.

Tribuna

PONTE SALVADOR-ITAPARICA

Bruno diz que prefeitura não recebeu pedido de liberação



BRUNO REIS disse que ainda não recebeu o pedido do governo do Estado para o Município liberar a construção da ponte entre a capital e Itaparica

RODRIGO DANIEL SILVA
REPORTER

O prefeito de Salvador, Bruno Reis (DEM), disse que ainda não recebeu o pedido do governo do Estado para o Município liberar a construção da ponte entre a capital baiana e a Ilha de Itaparica.

"O Município não será empecilho. Pelo contrário, todas as autorizações de início de obras, retirada de obras, licenciamento contará com todo o apoio do Município. Porém, hoje, chegamos ao início do mês de agosto, e não há nenhum projeto em relação à ponte dado entrada na prefeitura. Ou seja, não há solicitação formal. Respeitando o que estabelece a lei, vamos dar toda a celeridade, porque entendemos que são projetos importantes para o desenvolvimento da cidade",

declarou o gestor soteropolitano.

Na semana passada, o vice-governador da Bahia e secretário estadual de Planejamento, João Leão, afirmou que a previsão é dar início às obras da ponte entre 15 e 20 de novembro. Segundo ele, o atraso ocorreu por causa da pandemia da Covid-19. "Não poderia começar essa obra com 3 mil pessoas num canteiro de obras do lado de Itaparica, e 3 mil pessoas do lado de Salvador. Não daria certo. Temos que realmente ter cuidado. Vamos começar agora com a população ser vacinada. Todos os funcionários serão exigidos o atestado de vacina", disse Leão.

Ex-prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM) chegou a reclamar do governo por não apresentar o projeto da ponte para a administração municipal. "Como é que um

projeto desse pode ser licitado se a prefeitura de Salvador, que é a principal cidade afetada por essa obra, sequer conhece o impacto da obra? Como é que vai encaixar na cidade? Como é que o volume de tráfego vai atravessar Salvador cortando o coração da cidade? Isso não vai acontecer por cima da prefeitura. Não há hipótese. Não conheço o projeto. Não tenho nenhum detalhe do projeto. Nunca isso foi tratado com seriedade pelo governo com a prefeitura.

E não vai passar por cima da prefeitura. Agora, quando o governo tiver disposto a apresentar o projeto, a mostrar qual o impacto na cidade, será outra coisa", declarou na época.

A ponte será erguida por um consórcio chinês é formado pela CR20 (China

Railway 20 Bureau Group Corporation) e pela CCCC (China Communications Construction). As empresas têm quatro anos para entregar o equipamento. Orçada em R\$ 5,3 bilhões, a ponte terá recurso de R\$ 3,8 bilhões dos empresários, já o governo baiano injetará R\$ 1,5 bilhão. Quando concluída, a ponte, que é uma antiga promessa dos governos petistas desde Jaques Wagner, será a segunda maior do Brasil, atrás apenas da Rio-Niterói. O governo da Bahia tem dito que o pedágio da ponte custará entre R\$ 22 e R\$ 110, sendo R\$ 44 para veículos de passeio em dias de semana. Segundo a gestão estadual, o valor é semelhante ao que se paga atualmente para atravessar um carro no atual sistema ferryboat – R\$ 45,70 para veículos de passeio.

Tribuna

Simplex Nacional será isento da taxaço de dividendos

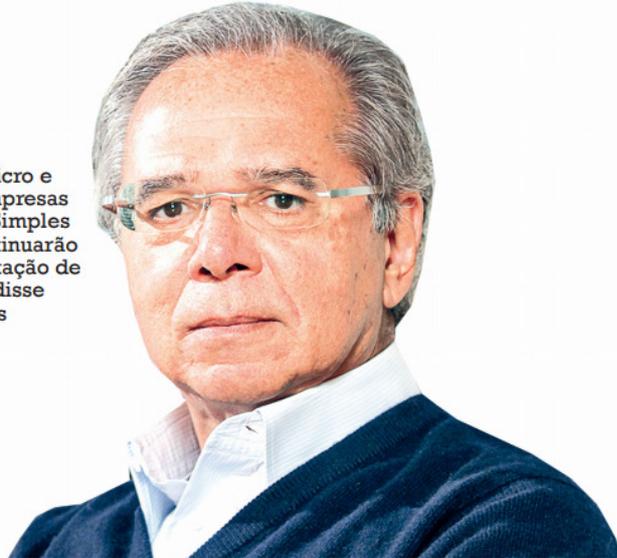
AGÊNCIA BRASIL

Todas as micro e pequenas empresas optantes do Simplex Nacional continuarão isentas da taxaço de dividendos, disse ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo ele, a proposta de reforma tributária em tramitaço no Congresso pretende fazer com que os super-ricos paguem mais impostos.

Guedes confirmou a isenço para as empresas de menor porte em rápida entrevista na portaria do Ministério da Economia nesta quarta-feira. No fim da manhã, ele se reuniu com o deputado Celso Sabino (PSDB-BA), relator da segunda fase da reforma tributária na Câmara dos Deputados. O ministro também negou que haja mudanças em relaço ao fim da deduçao dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) do Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Ao enviar a proposta ao Congresso, a equipe econômica havia informado que o benefício fiscal se mostrou ineficaz para capitalizar empresas e estimular investimentos.

"Há 25 anos, os cidadãos mais ricos do Brasil não pagam o Imposto de Renda sobre lucros e dividendos, então nós justamente colocamos esse imposto. Então,

TODAS as micro e pequenas empresas optantes do Simplex Nacional continuarão isentas da taxaço de dividendos, disse Paulo Guedes



nós estamos dizendo: os super-ricos vão pagar esses impostos e nós vamos justamente aliviar 32 milhões de assalariados contribuintes que pagavam e estão pagando menos. Os super-ricos pagam mais", afirmou o ministro.

Os dividendos são a parcela dos lucros que as empresas distribuem aos acionistas. Desde 1995, essa fonte de renda é isenta de impostos. Enviada ao Congres-

so no fim de junho, a segunda fase da reforma tributária prevê a cobrança de 20% de Imposto de Renda sobre os dividendos.

Até hoje, tanto o texto original como o parecer preliminar de Sabino previam que apenas dividendos inferiores a R\$ 20 mil por mês continuariam isentos. Com a decisão de hoje, pequenas empresas que fazem parte do Simplex e eventualmente distribuíam mais de R\$ 20 mil

em dividendos por mês continuarão isentas. A medida também beneficiará profissionais autônomos, como médicos e advogados, que recebem como pessoa jurídica.

O ministro refutou o argumento de que a taxaço dos dividendos e o fim da deduçao do JCP aumentem a carga tributária das empresas. Apresentado há duas semanas, o parecer de Sabino reduzirá o peso dos impostos sobre as empresas.

Tribuna

Governo federal publica MP que recria pasta do Trabalho e da Previdência

AGÊNCIA BRASIL

Foi publicada no Diário Oficial da União de ontem a medida provisória (MP) que cria o Ministério do Trabalho e da Previdência. A MP prevê a transferência de competência e órgãos do Ministério da Economia para o novo ministério. Prevê também a "possibilidade de transformação de cargos em comissão e funções de confiança" para a nova pasta.

Em nota, a Secretaria-Geral da Presidência da República explica que a MP 1.058

prevê regras de transição e informa que caberá à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional dar apoio jurídico para a atualização de estruturas, enquanto feitas via decreto, bem como para a transição de servidores.

O novo ministério será composto pelas áreas de previdência, política e de diretrizes que visam geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador, além das relativas a política e diretrizes para a modernização das relações de trabalho e de fiscalização do trabalho.

"O novo ministério também contempla os conse-

lhos relacionados a Trabalho, Previdência e Previdência Complementar", acrescenta, na nota, a secretaria da Presidência. A criação do novo ministério está sendo feita por meio de alterações na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

Após a publicação da MP, a Secretaria-Geral divulgou uma outra nota na qual explica que, por meio da nova medida, foi atualizada a situação da Secretaria Especial de Cultura, que havia sido transferida, via decreto (nº 10.107/2019), do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo.

Varejistas crescem mais na pandemia e elevam concentração no mercado

O ESTADO DE S.PAULO

No ano da pandemia, o faturamento das 120 maiores empresas varejistas do País cresceu 20%, de R\$ 526 bilhões para R\$ 632 bilhões. Mas o movimento não foi uniforme. Enquanto nas dez maiores companhias o faturamento cresceu quase 30%, nas dez menores houve uma queda de 22%.

O resultado desse desempenho foi uma maior concentração no mercado, segundo dados do ranking do Instituto Brasileiro de

Executivos de Varejo & Mercado de Consumo (Ibevar) - Instituto de Administração (FIA), obtido com exclusividade pelo Estadão.

As vendas das 120 empresas representaram 13,6% do consumo das famílias brasileiras no ano passado. No período anterior foi de 11,6%. Segundo a pesquisa, as dez maiores empresas do varejo (Carrefour, GPA, Magalu, Via, Americanas, Big, Raia Drogasil, Natura, Boticário e Matus Supermercado) faturaram no ano passado R\$ 317 bilhões, a metade do registrado pelo conjunto das

120 companhias.

O valor é 48 vezes maior que o faturamento das dez menores desse ranking, de R\$ 6,5 bilhões.

"Numa situação de crise, os elos mais fracos sempre sofrem mais. E a pesquisa de 2020 mostrou isso de forma muito clara", afirmou o presidente do Ibevar, Cláudio Felisoni de Ângelo, responsável pelo trabalho, publicado anualmente. Na avaliação de Ângelo, o processo de consolidação intensificado no ano passado vai continuar forte em 2021, ainda como efeito da pandemia.

Tribuna

MP com novo programa social sai no início de agosto, diz ministro

Agora, devem ser promovidas mudanças operacionais para funcionamento do novo projeto

AGÊNCIA BRASI

Uma medida provisória com a reestruturação dos programas sociais do governo, que devem ser unificados num único programa, será publicada no início de agosto, afirmou ontem o ministro da Cidadania, João Roma.

Mesmo com a publicação da reformulação, contudo, um valor médio para os pagamentos do novo programa de transferência de renda do governo ainda não foi definido.

"A questão do ticket médio e do valor desse programa será eventualmente tratada com a área econômica mais à frente", disse João Roma. "Prendemos que

esse valor seja o máximo possível", acrescentou.

Nesse primeiro momento, devem ser promovidas mudanças operacionais para o funcionamento do novo programa. "Existe toda uma operacionalização que precisa ser feita, fazer ajustes com Dataprev, com a Caixa Econômica Federal", disse o ministro.

Roma já havia dito, no início do mês, que os primeiros pagamentos do novo programa de transferência de renda devem ocorrer em novembro, após o fim do auxílio emergencial. O novo programa deve englobar, além do Bolsa Família, o programa nacional de aquisição de alimentos e iniciativas de

capacitação e microcrédito, disse Roma, após ser questionado por jornalistas sobre quais programas seriam unificados. "Será um programa único", afirmou o ministro.

As declarações foram dadas após reunião de Roma com o ministro da Economia, Paulo Guedes, que disse que o novo programa será custeado com recursos já disponíveis no Orçamento.

"Os programas sociais estão sendo feitos dentro da responsabilidade fiscal, com respeito ao teto", disse Guedes. Ele afirmou que a reforma tributária proposta pelo governo também deve promover distribuição de renda, ao cobrar imposto sobre os dividendos das empresas.

A reforma do Imposto de Renda proposta pelo governo prevê o pagamento de 20% sobre o valor distribuído por empresas aos acionistas. Ontem, Guedes afirmou, contudo, que as empresas que aderiram ao Simples devem ficar de fora da regra.

"Nós estamos buscando justamente o aprimoramento desses programas. Por isso que eu vim visitar o ministro Guedes, para ficar de uma maneira muito bem transparente e escalonada internamente no governo para que nós possamos agir de forma bem cadenciada. Pois, como eu disse, área social e área econômica do governo são duas faces é da mesma moeda", acrescentou Roma.



JOÃO ROMA já havia dito, no início do mês, que os primeiros pagamentos do novo programa de transferência de renda devem ocorrer em novembro

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 29/07/2021	Coluna: Economia



GUEDES DIZ QUE SIMPLES NACIONAL SERÁ ISENTO DA TAXAÇÃO



29 Julho, 2021

Todas as micro e pequenas empresas optantes do Simples Nacional continuarão isentas da taxaço de dividendos, disse nesta quarta-feira, 28, o ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo ele, a proposta de reforma tributária em tramitaço no Congresso pretende fazer com que os super-ricos paguem mais impostos. Guedes confirmou a isenço para as empresas de menor porte em rápida entrevista na portaria do Ministério da Economia nesta quarta-feira. No fim da manhã, ele se reuniu com o deputado Celso Sabino (PSDB-BA), relator da segunda fase da reforma tributária na Câmara dos Deputados.

O ministro também negou que haja mudanças em relaço ao fim da deduçõ dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) do Imposto de Renda Pessoa Jurídica. Ao enviar a proposta ao Congresso, a equipe econômica havia informado que o benefício fiscal se mostrou ineficaz para capitalizar empresas e estimular investimentos. “Há 25 anos, os cidadãos mais ricos do Brasil não pagam o Imposto de Renda sobre lucros e dividendos, então nós justamente colocamos esse imposto. Então, nós estamos dizendo: os super-ricos vão pagar esses impostos e nós vamos justamente aliviar 32 milhões de assalariados contribuintes que pagavam e estão pagando menos. Os super-ricos pagam mais”, afirmou o ministro.

Os dividendos são a parcela dos lucros que as empresas distribuem aos acionistas. Desde 1995, essa fonte de renda é isenta de impostos. Enviada ao Congresso no fim de junho, a segunda fase da reforma tributária prevê a cobrança de 20% de Imposto de Renda sobre os dividendos. Até hoje, tanto o texto original como o parecer preliminar de Sabino previam que apenas dividendos inferiores a R\$ 20 mil por mês continuariam isentos. Com a decisõ de hoje, pequenas empresas que fazem parte do Simples e eventualmente distribuam mais de R\$ 20 mil em dividendos por mês continuarão isentas. A medida também beneficiará profissionais autônomos, como médicos e advogados, que recebem como pessoa jurídica.

Compensações

O ministro refutou o argumento de que a taxaço dos dividendos e o fim da deduçõ do JCP aumentem a carga tributária das empresas. Apresentado há duas semanas, o parecer de Sabino reduzirá o peso dos impostos sobre as empresas, ao reduzir a alíquota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, de 15% para 5% no primeiro ano e de 5% para 2,5% no segundo ano.

Na avaliação de Guedes, a queda no Imposto de Renda das empresas significará a redução da carga tributária de 34% para 24%, chegando a níveis semelhantes aos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em relação à queda de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões na arrecadação prevista com a reforma, o ministro diz que o crescimento das receitas do governo decorrente da recuperação da economia poderá reduzir a zero o impacto sobre as contas públicas. “Na relatoria dele [de Sabino] está prevista até uma queda de R\$ 30 bilhões [na arrecadação]. O que está acontecendo é que o Brasil está crescendo mais rápido, a arrecadação está vindo mais forte e nós estamos transformando isso justamente nessa folga de R\$ 30 bilhões que haveria”, concluiu.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 28/07/2021	Coluna: Economia



CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS DÁ SINAIS DE RECUPERAÇÃO NO 1º SEMESTRE



28 Julho, 2021

O fechou consumo de combustíveis no Brasil, em relação a igual período do ano passado, entre praticamente todos os derivados, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A querosene de aviação (QAV), no entanto, ainda seguem com as vendas impactadas pelo enfraquecimento da demanda por transporte aéreo na pandemia. A melhora do mercado doméstico ainda não significa uma plena retomada da comercialização de combustíveis, aos níveis pré-pandemia, para a maioria dos produtos

Os números da ANP mostram que o diesel segue como o grande destaque positivo. O consumo do derivado cresceu 11% nos seis primeiros meses de 2021, frente à primeira metade do ano passado, para uma média de 4,94 bilhões de litros por mês. Na comparação com o primeiro semestre de 2019, houve um aumento de 8,1%.

Foto: Marcelo Brandt/G1

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 28/07/2021	Coluna: Economia



DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL SOBE 3% EM JUNHO E SUPERA R\$ 5 TRILHÕES



28 Julho, 2021

Sem vencimentos de títulos no mês passado, a Dívida Pública Federal (DPF) subiu significativamente em junho e ultrapassou a barreira de R\$ 5,3 trilhões. Segundo números divulgados hoje (28) pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 5,171 em maio para R\$ 5,329 trilhões em junho, com alta de 3,07%.

O Tesouro prevê que a DPF continuará subindo nos próximos meses. Segundo a nova versão do Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentada no fim de junho, o estoque da DPF deve encerrar 2021 entre R\$ 5,5 trilhões e R\$ 5,8 trilhões.

A dívida pública mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) subiu 3,29%, passando de R\$ 4,940 trilhões em maio para R\$ 5,103 trilhões em junho. No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 133,4 bilhões em títulos a mais do que resgatou. Também houve a apropriação de R\$ 29,36 bilhões em juros. Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública.

Colchão

Nos últimos meses, o Tesouro tinha intensificado a emissão de títulos públicos para recompor o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos). Essa reserva subiu de R\$ 1,036 trilhão em maio para R\$ 1,167 trilhão em junho. Atualmente, o colchão cobre quase um ano de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R\$ 1,183 trilhão em títulos federais.

Nos primeiros meses da pandemia da covid-19, o governo queimou parte desse colchão para compensar a instabilidade no mercado financeiro. Em agosto do ano passado, o Banco Central teve de repassar ao Tesouro R\$ 325 bilhões para ajudar a recompor essa reserva. O restante está sendo feito com o aumento das emissões.

Em maio, a proposta de emenda à Constituição (PEC) emergencial reforçou o colchão com mais R\$ 140 bilhões da desvinculação do superávit de fundos públicos.

Dividendos distribuídos por empresas do Simples ficarão isentos

Alíquota sobre o lucro presumido ainda provoca divergências

Por Fabio Graner e Marcelo Ribeiro — De Brasília

29/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Sabino: relator diz que renúncia fiscal com a isenção total dos dividendos no Simples em 2022 será de R\$ 50 milhões —
Foto: Washington Costa/Ministério da Economia



**SOU GRADUAÇÃO
SENAC EAD.**

**Senac**

**CLIQUE AQUI E
INSCREVA-SE JÁ.**

O Ministério da Economia bateu martelo com o relator da reforma do Imposto de Renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), para deixar os dividendos distribuídos pelas empresas inscritas no Simples sem tributação. A decisão é parte de uma estratégia para tentar atenuar os movimentos contrários ao texto, que cresceram em quantidade e intensidade nos últimos dias. A ideia é deixar mais claro que a nova taxa  o vai incidir sobre os ricos e super ricos, corrigindo uma injustiça fiscal, e beneficiar todas empresas, que serão menos taxadas.

Sabino confirmou ao **Valor** que a renúncia fiscal adicional com isen  o total dos dividendos no Simples, em 2022, terá custo de R\$ 50 milhões, subindo para R\$ 200 milhões e depois, em 2024, a R\$ 300 milhões.

A redução do benefício no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) também foi abandonada. O custo será de R\$ 250 milhões no próximo ano. Apesar do impacto total relativamente pequeno, Sabino disse que avalia possíveis medidas de compensações, como quer a Receita Federal.

Anteontem, empresários sugeriram ao governo, além da já atendida isen  o dos dividendos no Simples, uma taxa  o menor que 20% (de 2,5% a 5%) para a distribuição de lucros nas empresas que recolhem IRPJ no lucro presumido, um regime tributário que também    privilegiado para as empresas pequenas que não podem estar no Simples. Esse tema, porém, ainda está em negociação.

Sabino não se mostra simpático a essa ideia e explica que, no caso de profissionais liberais cujas empresas estão nesse regime, só haverá algum aumento de carga para rendas superiores a R\$ 30 mil, dada a isenção de dividendos para até R\$ 20 mil que hoje está prevista. “Mas ainda assim será longe da tributação de IR de uma pessoa física normal. Nós vamos encurtar a distância com o trabalhador normal, não vamos nem igualar”, disse, citando médicos e advogados.

Ele admite, porém, elevar a faixa de isenção de R\$ 20 mil para esse grupo. Esse movimento, segundo fontes do governo, envolveria cerca de 800 mil empresas de pequeno porte hoje no lucro presumido. Apesar de notícias apontarem que o novo limite de isenção será de R\$ 25 mil, o martelo não está batido. Uma das preocupações é conter o impacto fiscal e também garantir a mensagem de aumento na progressividade do sistema.

Presidente da Abiplast, José Ricardo Roriz, avalia positivamente os rumos da reforma do IR, apontando que ela vai ajudar a aumentar os investimentos das empresas e promover o crescimento da economia. Segundo ele, de fato era preciso ajustar as questões dos pequenos negócios, mas o caminho de taxar os dividendos, estimulando a manutenção de recursos nas empresas, vai na direção correta.

“Sem dúvida, foi muito importante rever a questão manter a isenção para as empresas do Simples, evitando o aumento de carga, mais burocracia e complexidade para milhões de pequenos empreendedores e profissionais liberais”, afirmou o diretor de Relações Institucionais da CBPI Produtividade Institucional, Emerson Casali. Para o tributarista Ricardo Lacaz, porém, a decisão do relator

resolve um “não problema”. Ele afirma que a proposta do governo seria derrubada na Justiça, pois seria uma lei ordinária alterando uma lei complementar.

Nos bastidores, o ministro Paulo Guedes demonstra otimismo com as discussões da reforma e a possibilidade de ser aprovada. Essa leitura ficou ainda mais forte depois que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) prometeu votar a matéria no mês que vem.

Sabino ainda vai se encontrar com secretários de Fazenda para definir ajustes na redução do IRPJ, de modo a evitar prejuízo para esses entes. Os Estados estavam querendo que a redução do tributo sobre o lucro fosse na CSLL.

O parlamentar faz questão de destacar que seu texto está enfrentando problemas e taxando as rendas extras de políticos e altos salários dos servidores públicos, inclusive do judiciário, com impactos da ordem de R\$ 2 bilhões. **(Colaboraram Lu Aiko Otta e Raphael Di Cunto)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Mesa cotton multifuncional, a mesa de vine mais vendido do mundo!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Tecnologia, design, funcionalidade e diversão, veja tudo o que o max hoverboard pode te oferecer!

MAX HOVERBOAR

LINK PATROCINADO

Dor nas costas? Este novo suporte para as costas mantém toda a sua coluna no lugar!

DRPOSTURA.COM

Comprar Agora

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler irá comportar todas suas cervejas!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

O melhor tênis de 2021 agora com desconto imperdível.

NOX CALÇADOS

TRF de São Paulo mantém ICMS no cálculo

Decisão garante que créditos de PIS/Cofins sejam calculados com o ICMS embutido

Por Joice Bacelo — Do Rio

29/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas





Advogado Luca Salvoni: cliente mais conservador decidiu ir à Justiça — Foto: Silvia Zamboni/Valor

Uma empresa de São Paulo obteve decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região, com sede em São Paulo, para garantir que os créditos de PIS e Cofins sobre a aquisição de insumos sejam calculados com a parcela do ICMS embutida. Essa companhia optou por se antecipar a uma possível autuação da Receita Federal.

Existe um movimento da fiscalização nesse sentido. Começou a ser percebido depois da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins - a chamada "tese do século".

A Receita Federal vem exigindo que as empresas utilizem o mesmo critério de cálculo dos pagamentos à União para contabilizar os créditos decorrentes da aquisição de bens e insumos - ou seja, sem o ICMS embutido. E, aqui, o efeito é ruim: vai elevar o valor das contribuições. O movimento, segundo especialistas, seria uma estratégia para reduzir o rombo de bilhões de reais gerado com a decisão do STF.

O caso que chegou ao TRF é de uma fabricante de eletrodomésticos, que optou por ingressar com a ação antes de receber qualquer notificação da Receita. Ela ficou com receio de ser cobrada depois que a Instrução Normativa 1911 foi publicada, em outubro de 2019. Essa norma revogou uma anterior, de nº 404, em que constava, de forma expressa, a possibilidade de tomar crédito sobre a parcela referente ao ICMS.

A Instrução Normativa de 2019 omitiu esse trecho do texto. Não diz que pode nem que não pode contabilizar a parcela do ICMS que consta nas notas de aquisição dos bens e insumos.

“Percebemos que o Fisco estava prevendo uma condição sem respaldo em lei. A redação das leis do PIS e da Cofins é clara, desde 2002, sobre a possibilidade de tomar crédito sobre o valor bruto da nota. Não importa o regime de apuração do fornecedor. Se eu sou uma indústria, optante do lucro real, e adquiero insumos, eu tenho direito ao crédito de 9,25% sobre o valor bruto da nota”, diz Lumy Miyano Mizukawa, sócia do L.Miyano Advogados, que representa a empresa no caso.

A indústria obteve êxito na primeira instância e, recentemente, a segunda instância confirmou o entendimento. A 6ª Turma concluiu o caso em junho (processo nº 50033677020194036107).

Os desembargadores citam, na decisão, que o IPI - assim como o ICMS - também compõe o custo de aquisição de bens e não é descartado na tomada de crédito do

PIS e da Cofins. “Admitida a situação para o IPI, não se vê o porquê de, em sede exclusivamente administrativa, refutar igual tratamento para o ICMS”, diz o relator, o desembargador Luís Antônio Johonsom Di Salvo.

Ele acrescenta, ainda, que qualquer mudança nesse sentido só seria possível por meio de lei. “Não se vê justificativa para a diferenciação almejada pelo Fisco quanto ao ICMS que não, aparentemente, a tentativa de minimizar as perdas decorrentes da decisão proferida no RE 574.706 [do STF]”, complementa o relator. A decisão foi unânime.

Luca Salvoni, do escritório Cascione, afirma que um de seus clientes, “mais conservador”, também optou por obter a garantia do Judiciário. A empresa parou de tomar crédito sobre a parcela do ICMS destacada nas notas de entrada desde a publicação da IN de 2019 e quer, agora, voltar a se aproveitar do valor cheio. Essa ação deve ser protocolada nos próximos dias.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

R\$ 79,90 | Mesa cotton multifuncional, a decoração adequada para o interior ou exterior da sua casa

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Max hoverboard, você precisa conhecer!

MAX HOVERBOAR

LINK PATROCINADO

Tratamento simples contra desvio de septo, ronco e apnéia do sono.

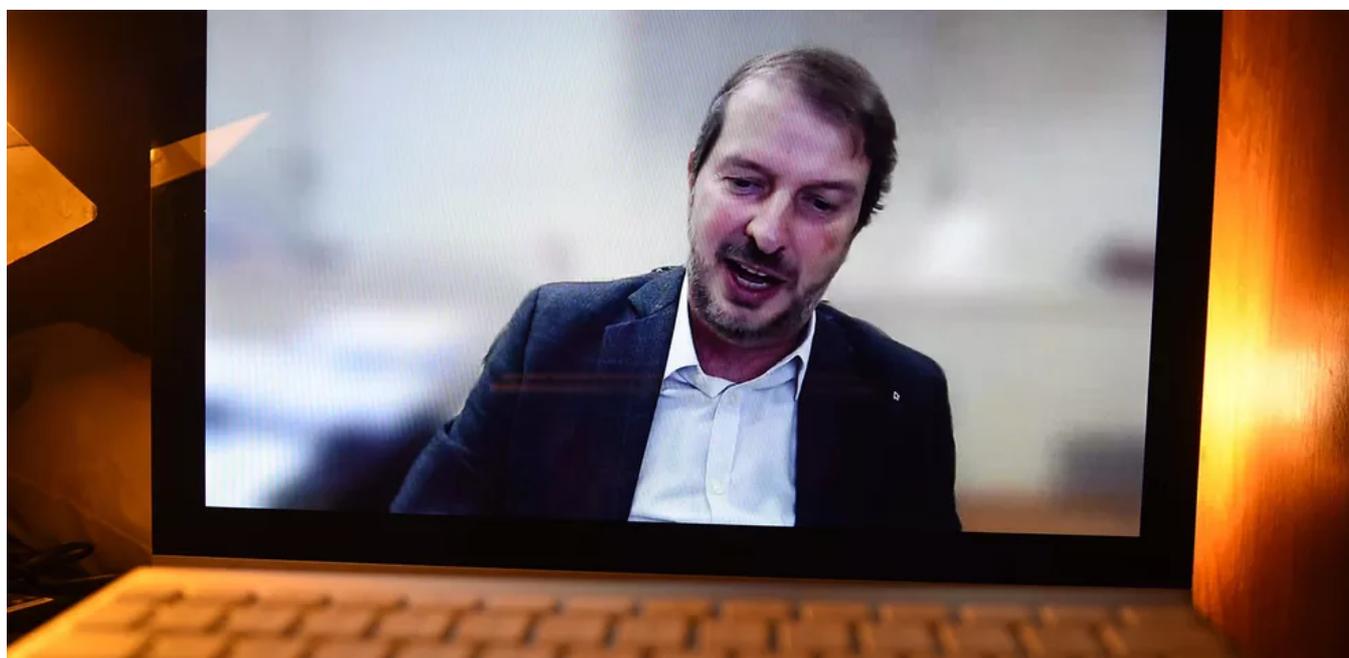
SLIPSONO

Corte de 30% “desmontaria” o Sistema S, afirma diretor

Rafael Lucchesi prevê fechamento de escolas e demissões de professores e cientistas

Por Edna Simão e Cristiano Romero — De Brasília

29/07/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas



Rafael Lucchesi: “não faz sentido” direcionar recursos do Sistema S para programa temporário e que visa apenas uma transferência de renda — Foto: Silvia Zamboni/Valor

O diretor-geral do Senai, que acumula também o cargo de diretor superintendente do Sesi, Rafael Lucchesi, disse ao **Valor** que, se o Sistema S perder 30% de seu orçamento, haverá um desmonte parcial da estrutura atual das entidades que representa, ou seja, fechamento de escolas e demissão de professores e cientistas. Ele afirmou ainda que entende a necessidade de recursos do governo neste cenário de restrição fiscal e de alto nível do desemprego, principalmente entre os jovens, mas que não acha razoável tirar recursos do Sistema S para bancar programas temporários e mais semelhantes com transferência de renda.

Lucchesi considerou uma demonstração de desinformação o comentário do secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida. Na última sexta-feira, em Live do **Valor**, o secretário defendeu “passar a faca” no Sistema S e cobrou contribuição, calculada em R\$ 6 bilhões, para bancar os programas de inserção do jovem no mercado de trabalho, incluídos no Medida Provisória 1045. Essa é a MP que prorrogou a suspensão de contratos de trabalho e de redução de jornada e salário por mais quatro meses.

Em defesa dos recursos

Receita compulsória do Sistema S chegou a quase R\$ 20 bi em 2020

Sesi

■ Receita total*	R\$ 6,8 bi
■ Escolas	526
■ Unidades móveis	514
■ Centros de Cultura	128
■ Centros de Promoção de Saúde	301
■ Centros de Saúde e Segurança no Trabalho	211
■ Centros de Inovação em SSI	9
■ Empregados	32,8 mil
■ Municípios atendidos	2.222

■ Municípios atendidos	2.555
■ Matrículas em educação básica regular	214.047
■ Matrículas em educação continuada	282.174
■ Matrículas na Educação de Jovens e Adultos	75.980
■ Vacinas aplicadas em trabalhadores e dependentes	919.163
■ Trabalhadores da indústria beneficiados	1.983.460

Senai

■ Recursos financeiros*	R\$ 5,2 bi
■ Unidades operacionais	523
■ Unidades móveis, sendo dois barcos escolas	465
■ Instituto Senai de Tecnologia	60
■ Instituto Senai de Inovação	27
■ Empregados	24 mil
■ Municípios atendidos	2.788
■ Matrículas em Educação Profissional e Tecnológica	2.227.253
■ Empresas atendidas com serviços de tecnologia	22.412
■ Cursos a distância	620
■ Ensaios laboratoriais	1.556.594
■ Empresas atendidas com projetos de pesquisa, desenv. e inovação	2.589

Fonte: Sesi, Senai e Confederação Nacional da Indústria. * inclui outras receitas além da compulsória

Lucchesi classificou a declaração como “nada construtiva” “nem elegante” e “um ataque gratuito”. “Uma visão preconceituosa do Sistema S”, disse ainda. Procurado, Sachsidia preferiu não comentar. Especialistas destacam a importância do papel desempenhado pelas entidades que integram o sistema, embora também apontem a necessidade de se ampliar instrumentos de transparência e governança.

Além disso, Lucchesi ressaltou que o Sistema S está disposto a negociar, mas ponderou que um corte de 30% do orçamento é “excessivo”. Ele também frisou que o Senai já participa de programas em parceria com o governo.

A arrecadação compulsória (vinculada a percentual da folha de pagamento) do Sistema S em 2020 foi de R\$ 19,48 bilhões, sendo R\$ 3,14 bilhões do Senai e R\$ 4,18 bilhões do Sesi. A avaliação de Lucchesi é que “não faz sentido” direcionar recursos do Sistema S para programa temporário e que visa apenas uma transferência de renda. “Vou fechar escolas, demitir professores para financiar um programa pontual que atende o mesmo segmento social [de atuação do Senai e Sesi] das classes C, D e E. Não faz sentido”, frisou o diretor.

O relator da MP 1045, deputado Christino Áureo (PP-RJ), incluiu em seu parecer a criação do Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego (Priore) e do Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva (Requip). A proposta prevê o treinamento de jovens dentro das empresas. O participante deverá receber uma bolsa de qualificação de até R\$ 550, que, pelos planos do governo, terá o pagamento dividido entre empresa e Sistema S. Pelo relatório de Áureo, até o fim deste ano as iniciativas seriam financiadas por recursos do Orçamento da União. Porém, em 2022, os programas passariam a ser financiados pelo Sistema S e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O relator já informou que está disposto a negociar e, se for o caso, incluir outras formas de financiamento para os novos programas. Para Lucchesi, a inclusão de uso de recursos do Sistema S em MP é impositivo e uma ação intervencionista feita por um governo liberal.

“Estamos abertos a negociação, mas tem que ter razoabilidade. As pessoas que estão dizendo que vão passar a faca. Elas não entendem a realidade como se apresenta e acham que esta instituição é um banco. Então, é uma visão muito

precária, muito primitiva sobre como este sistema opera. Elas não conseguem enxergar o impacto de capital humano que esta instituição tem e quanto é historicamente importante para o Brasil”, disse Lucchesi.

O diretor das entidades reforçou que um corte expressivo de recursos do Sistema S vai provocar mutilação e desmonte parcial nas atividades das entidades. “Achamos o programa correto [previsto na MP]. A fonte de financiamento estar amparado no Sistema S que é por desinformação clara e absoluta de pessoas que servem ao governo e que acham que esses recursos estão parados em um banco”, frisou.

Para defender os recursos do Sistema S, Lucchesi explicou que a diminuição do orçamento vai prejudicar pequenas empresas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, locais onde há menor “massa crítica” de indústria. Ele contou que o Sesi está presente em 2.333 municípios e o Senai em 2.788. Segundo ele, 72% dos alunos do Senai conseguiram emprego no primeiro ano de formado, sem precisar alterar nenhuma regra trabalhista. Em 2020, o Sesi e o Senai formaram a primeira turma do Novo Ensino Médio, numa experiência pioneira no Brasil. São 198 jovens, dos quais 13% da classe C e 87% da classe D, que chegam ao mercado de trabalho com um diploma técnico.

Em 2020, 4,3 milhões de trabalhadores foram beneficiados com serviços de saúde e segurança do trabalho e 869 mil vacinas contra a gripe foram aplicadas. Em 2021, o Sesi apoiou o poder público na vacinação de mais de 730 mil pessoas contra a covid-19.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

R\$ 79,90 | Mesa cotton multifuncional, a decoração adequada para o interior ou exterior da sua casa

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

MP que recria Trabalho atende pedidos de Guedes

Principal reivindicação foi a extinção da Secretária Especial de Fazenda

Por Lu Aiko Otta e Matheus Schuch — De Brasília

29/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

No mesmo ato em que recriou o Ministério do Trabalho e Previdência, agora nas mãos do ministro Onyx Lorenzoni, o presidente Jair Bolsonaro deu aval a mudanças reivindicadas pelo ministro Paulo Guedes no Ministério da Economia. A principal delas foi a extinção da Secretária Especial de Fazenda, que deu lugar à Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento. Fontes ouvidas pelo **Valor** disseram que o movimento reforça a ideia de reunir em um só lugar todo o ciclo orçamentário: planejamento, execução e avaliação de políticas públicas. A mudança ocorre em meio ao recrudescimento dos ataques especulativos do Centrão para tomar o Planejamento.

Apesar de ter perdido fatia importante de seu superministério, Guedes conseguiu manter um nome de sua confiança na secretária-executiva da pasta do Trabalho e Previdência: o economista Bruno Bianco, que hoje ainda deve liderar a apresentação dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de junho.

O novo ministério terá até quatro secretarias e ficará responsável por assuntos da Previdência; políticas e diretrizes para geração de emprego, renda e apoio ao trabalhador; política e diretrizes para a modernização das relações de trabalho; fiscalização do trabalho; política salarial; segurança e saúde no trabalho; regulação profissional; e registro sindical; entre outros temas.

A pasta também coordenará o conselho curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); conselho deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); Conselho Nacional do Trabalho; Conselho Nacional de Previdência Social; Conselho de Recursos da Previdência Social; entre outros.

A Medida Provisória 1.058, publicada ontem com a oficialização das novas estruturas, também traz regras de transição para servidores desses órgãos e possibilidade de transformação de cargos em comissão e funções de confiança para formar a estrutura de cargos do novo ministério. O texto não detalha o quantitativo de novos cargos disponíveis na estrutura.

A criação da Secretaria Especial de Tesouro e Orçamento (Seto) reforça a importância de um comando único para o planejamento dos gastos públicos e sua execução, apurou o **Valor**. A junção das duas áreas foi a principal alteração trazida com a criação do Ministério da Economia em 2019. Antes disso, o Tesouro estava com o Ministério da Fazenda e o Orçamento, com o do Planejamento. Divergências entre as duas pastas já faziam parte da paisagem de Brasília.

Mas esse novo desenho é alvo de pressões a cada rodada das reformas administrativa e tributária, e dessa vez não foi diferente. Houve tentativas de tirar da Economia a estrutura do antigo Planejamento. Guedes não abriu mão nesse ponto, mas teve de ceder sobre as áreas de Previdência e Trabalho.

A MP também retirou da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade a parte de emprego. No caso, a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, responsável pelo Sine e pelos programas de qualificação profissional. Um decreto ainda em formulação vai detalhar as mudanças, e só então ficará claro o desenho do ministério comandado por Onyx Lorenzoni.

A Seto terá até três secretarias, em vez das quatro que compunham sua originária. A Secretaria de Política Econômica (SPE), ligada à Secretaria da Fazenda, responderá diretamente ao ministro. Com isso, ganhará mais transversalidade para atuar em conjunto com as demais secretarias. Já a Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loterias (Secap), que também estava na Fazenda, deverá ser desmembrada. A parte que trata de avaliação de políticas públicas deve ser convertida em um departamento na Seto. As áreas de energia e loterias devem migrar para outras secretarias da Economia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Mesa cotton multifuncional, a mesa de vine mais vendido do mundo!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Tecnologia, design, funcionalidade e diversão, veja tudo o que o max hoverboard pode te oferecer!

MAX HOVERBOAR

LINK PATROCINADO

O melhor tênis de 2021 agora com desconto imperdível.

Moraes anula decisão trabalhista de R\$ 46 bi imposta à Petrobras

Decisão anterior do TST determinava a correção de salários de 51 mil funcionários

Por Luísa Martins — De Brasília

29/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu provimento a um recurso da Petrobras e anulou a maior condenação trabalhista da história da estatal, imposta em 2018 pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). A decisão de impacto bilionário foi antecipada no início da tarde de ontem pelo **Valor PRO**, serviço de informação em tempo real do **Valor**. A Federação Única dos Petroleiros (FUP) vai recorrer.

O TST determinou que a estatal corrigisse os salários de 51 mil funcionários, entre ativos e aposentados. Em 2018, a empresa estimou impacto de R\$ 17 bilhões, mas, após o balanço do primeiro trimestre de 2021, a previsão estava em R\$ 46 bilhões - aumento de 170%.

A decisão de Moraes restabelece o entendimento de instâncias inferiores que haviam dado razão à Petrobras. Segundo essas decisões, os adicionais legais e constitucionais destinados a remunerar condições especiais de trabalho (como adicional noturno, periculosidade e sobreaviso, por exemplo) deveriam ser incluídos no cálculo de complemento da política salarial - a Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR), estabelecida em 2007 por meio de acordo coletivo.

Quando o caso chegou ao plenário do TST, o placar, decidido no último voto, foi favorável aos trabalhadores. A maioria do colegiado entendeu que esses “extras” deveriam ser pagos à parte.

A Petrobras recorreu ao STF, mas entraves burocráticos fizeram com que o recurso levasse mais de um ano para chegar ao gabinete de Moraes, sorteado o relator. Ele passou outros 18 meses sem despachar no processo.

Ao menos quatro petições foram ignoradas, sendo duas impetradas pela própria companhia, que, em meio à crise econômica decorrente da pandemia, buscava formas menos onerosas para garantir os pagamentos.

Ontem, Moraes proferiu sua decisão. Ele afirmou que o acórdão do TST “merece reforma, não se vislumbrando inconstitucionalidade nos termos do acordo livremente firmado entre as empresas recorrentes e o sindicato”.

Para ele, a inclusão dos adicionais no cálculo não reduziu direitos trabalhistas, pois o acordo coletivo “não retirou os adicionais daqueles que trabalham em situações mais gravosas”.

“As parcelas são computadas na base de cálculo da complementação da RMNR, por tratar-se de verbas remuneratórias que têm intuito de individualizar os trabalhadores submetidos a uma determinada condição, em relação aos que não se submetem à mesma penosidade”, escreveu.

A decisão pegou colegas de surpresa. Nos bastidores do Supremo, o entendimento era o de que o tribunal precisava, antes, decidir se o caso tinha ou não repercussão geral, para depois fazer a análise do mérito.

Além disso, para uma ala do STF, o mais adequado seria, ainda antes, pacificar uma série de temas trabalhistas pendentes de julgamento e que poderiam interferir diretamente na avaliação do caso concreto, como a ação que discute o chamado “acordado sobre o legislado”.

Embora anulada oficialmente ontem, a condenação do TST ainda não havia surtido efeito prático. Liminares concedidas pelo próprio Supremo haviam paralisado cerca de 45 ações coletivas e 7 mil individuais até que houvesse um desfecho definitivo. Ou seja, a Petrobras não precisará reaver nenhum valor, pois os trabalhadores não foram efetivamente beneficiados.

A controvérsia em torno do cálculo de complemento da RMNR começou em 2011, quando um servidor da área de Perfuração e Poços entrou com uma reclamação na 2ª Vara do Trabalho de Mossoró (RN).

O pedido para que fosse feito o recálculo da sua remuneração foi negado três vezes - pela primeira e segunda instâncias e pela Quinta Turma do TST. O caso foi levado ao plenário da Corte trabalhista, que decidiu favoravelmente aos servidores.

Com a reversão da condenação, a FUP afirmou que vai recorrer e pedir que o caso seja examinado pelo plenário do STF.

“É surpreendente que um tema dessa natureza e complexidade seja decidido de forma monocrática e durante o período de recesso do Supremo”, disse o coordenador-geral da entidade, Deyvid Bacelar. Para ele, por ser individual, a decisão não é definitiva.

A FUP afirma ser importante levar o caso a plenário para que a entidade tenha a oportunidade de fazer sustentação oral - a exemplo do que ocorreu no julgamento do TST, em 2018.

O advogado Francisco Caputo, que representa a Petrobras, afirmou que a decisão de Moraes “confere mais segurança jurídica ao ambiente de negócios brasileiro”, mesmo que o caso ainda possa ir a plenário.

Segundo o advogado, trata-se “de um montante muito significativo” em um processo que “estava amparado em decisões liminares”, isto é, provisórias. “Não há ilegalidade no caso. A empresa sempre agiu de boa-fé, com objetivo de promover o bem-estar dos funcionários, atendendo pleito dos próprios sindicatos.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

R\$ 79,90 | Mesa cotton multifuncional, a decoração adequada para o interior ou exterior da sua casa

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Tecnologia, design, funcionalidade e diversão, veja tudo o que o max hoverboard pode te oferecer!

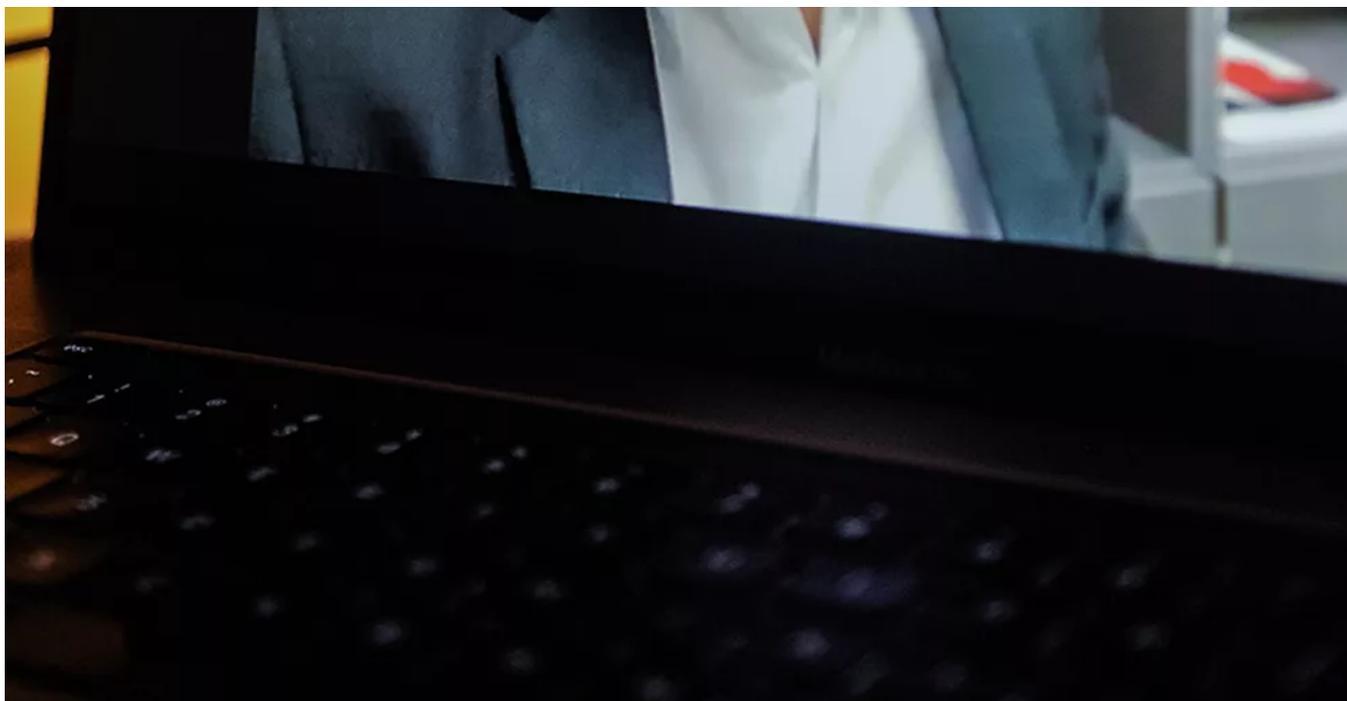
Receita Federal mira indústrias de cosméticos para arrecadar R\$ 2 bi

Fisco aponta irregularidades relacionadas ao IPI, o que as empresas contestam

Por Laura Ignacio — De São Paulo

29/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas





Leonardo de Cairo Mello: defendemos o conceito de praça como município — Foto: Cláudio Belli/Valor

A Receita Federal em São Paulo espera arrecadar R\$ 2 bilhões por ano como resultado da realização de reunião de conformidade com 26 das maiores indústrias de cosméticos do Estado. A medida é uma das ações do Programa de Apoio à Conformidade (PAC). O órgão aponta irregularidades relacionadas ao IPI, o que as empresas contestam.

A alíquota de IPI sobre cosméticos costuma variar de 7% a 22%. No caso de uma fiscalização e autuação, a empresa precisa pagar o valor não recolhido, mais multa

de ofício de 75%. Ou pode recorrer ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) ou Judiciário.

“A reunião de conformidade tributária é uma oportunidade ímpar que a Receita oferece aos contribuintes para que possam entrar em conformidade em relação às normas tributárias, sem o ônus das penalidades e com a consequente redução dos litígios fiscais”, afirma Simone Aparecida Sanches Petrini, auditora fiscal da Receita Federal em São Paulo, que integra o Serviço de Acompanhamento de Maiores Contribuintes (Semac).

No encontro, o órgão apontou a inobservância do Valor Tributável Mínimo como base de cálculo do imposto nas vendas para empresas interdependentes, o que é comum no setor. Alertou também para o que seria a classificação fiscal incorreta de vários produtos - que é o que determina a alíquota a ser aplicada em cada um deles. Após a reunião, as empresas foram notificadas formalmente e têm prazo de 30 dias para a “autorregularização”, o que significa pagar o imposto conforme o entendimento da Receita.

Segundo Leonardo de Cairo Mello, sócio da Giordano Advogados, que atua para indústrias de cosméticos, as empresas usavam como base de cálculo do IPI o preço de custo no município onde fica o contribuinte, com base no Regulamento do IPI, que fala em praça. “A Câmara Superior de Recursos Fiscais do Carf, por voto de qualidade [desempate de representante do Fisco], já havia ampliado essa base ao

considerar o mercado local, da região, e não somente do município”, afirma Mello (processos nº 16682.722461/ 2015-30 e nº 16682.722760/2016-55). “Agora, a Receita Federal quer ampliar mais ainda esse conceito.”

Nos casos de vendas efetuadas exclusivamente para empresas interdependentes, de acordo com a Receita, o valor a ser considerado como base de cálculo do IPI pela empresa industrial deve ser o valor de comercialização dos produtos praticados pela empresa atacadista. A Receita se baseia no Decreto nº 7.212/2010, artigos 195, inciso I, e 196 e na Solução de Consulta nº 8/2012.

A maioria das empresas, segundo advogados que atuam para indústrias de cosméticos, ainda não pensa em ir ao Judiciário. “O impacto financeiro disso é gigantesco, são centenas de milhares de reais com a multa de 75%”, diz Mello. “Mas continuamos a defender o conceito de praça equivalente a município.”

Com o fim do voto de qualidade no Carf, alguns advogados acreditam que o conselho poderá rever seu entendimento de modo favorável às indústrias. “Também tramita no Senado o Projeto de Lei nº 1559, de 2015, já aprovado na Câmara, para a base de cálculo do IPI equivaler ao preço na praça”, afirma Mello.

Por meio de nota ao **Valor**, a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC) disse que “já apresentou uma proposta para a solução sustentável e definitiva para a alta e complexa taxaçoão do setor, visando a redução do enorme contencioso judicial e da insegurança jurídica”.

Tudo indica que o PAC deve crescer. No âmbito federal, a Receita expediu neste mês 45.012 comunicações apontando dados que empresas de diversos setores devem registrar na Escrituração Contábil Fiscal (ECF) 2021. A maior parte que recebeu o informe é da região Sudeste do país (21.966 ou 48,70% do total).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

R\$ 79,90 | Mesa cotton multifuncional, a decoração adequada para o interior ou exterior da sua casa

DUBAI STORE

Receita reduz valor de créditos de PIS e Cofins sobre insumos

Estratégia poderá reduzir conta bilionária da exclusão do ICMS nos recolhimentos

Por Joice Bacelo — Do Rio

29/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



Advogado Felipe Azevedo Maia: na tomada de créditos sobre insumos, a exclusão do ICMS só poderá ocorrer se houver mudança na lei — Foto: Divulgação

A Receita Federal adotou uma nova estratégia para tentar reduzir a conta de bilhões de reais gerada com a exclusão do ICMS da base do PIS e da Cofins, a chamada “tese do século”. Vem exigindo que as empresas utilizem o mesmo critério de cálculo dos pagamentos à União para contabilizar os créditos decorrentes da aquisição de bens e insumos - ou seja, sem o ICMS embutido.

Essa condição, na prática, aumenta o PIS e a Cofins a pagar. Mais do que isso: pode gerar uma dívida acumulada em prol do governo. As companhias estão sendo cobradas por valores que teriam deixado de recolher aos cofres públicos nos últimos cinco anos.

Pelo menos duas empresas, ambas com sede em São Paulo, relataram ao **Valor** que foram autuadas depois de informar à Receita sobre os valores que têm a receber do governo por conta de decisões judiciais permitindo a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins. Elas pretendiam utilizar tais quantias para quitar tributos correntes.

A tomada de crédito faz parte da apuração das contribuições sociais para quem está no regime não cumulativo - praticamente todas as grandes empresas. A alíquota de PIS e Cofins, nesses casos, é de 9,25%.

Para calcular quanto deve, o contribuinte precisa separar as notas de saída, referentes às vendas realizadas no mês, das notas de entrada, que contêm o custo de aquisição de produtos que dão direito a crédito (insumos, por exemplo). É feito um encontro de contas entre esses dois grupos de notas e sobre o resultado aplica-se a alíquota.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em maio, que a parcela do ICMS que consta na nota de saída - na venda dos produtos, portanto - deve ser retirada do cálculo do PIS e da Cofins. Os ministros consideraram que o imposto estadual não pode ser classificado como receita ou faturamento, que é a base de incidência das contribuições.

Com a retirada do imposto estadual da conta, a base de cálculo do PIS e da Cofins foi reduzida e, conseqüentemente, os valores a pagar ao governo ficaram menores. As empresas, além disso, têm o direito de receber de volta o que pagaram de forma indevida nos últimos anos. O custo dessa tese para a União está estimado em R\$ 358 bilhões, segundo estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT).

Agora, a Receita está afirmando que, pela lógica, a parcela do ICMS que consta nas notas de entrada, ou seja, na tomada de crédito, também não poderia ser contabilizada. "Tomando crédito menor, obviamente, vai ter um débito de PIS e Cofins maior", diz Leo Lopes, sócio do FAS Advogados.

Ele cita como exemplo uma fabricante de calçados que gasta R\$ 100 com a compra de couro ou tecido para confeccionar sapatos. Na apuração do PIS e da Cofins, ela obtém um crédito de 9,25% com a aquisição desse insumo. O Fisco está dizendo, agora, que se dentro desses R\$ 100 de despesa, R\$ 20 são de ICMS, a companhia só poderia utilizar R\$ 80 na base das contribuições.

O acumulado dessa diferença de R\$ 20, seguindo esse exemplo, é o que está sendo exigido dos contribuintes. Uma das cobranças a que o **Valor** teve acesso diz que se na decisão judicial que beneficia a empresa não constar expressamente a forma de cálculo a ser adotada, a Receita Federal deve utilizar a sistemática que leva em conta a retirada do imposto na saída, como decidiu o STF, e também na entrada, a etapa que gera crédito ao contribuinte.

“A Receita tenta criar uma regra de paralelismo [com a decisão do STF] que não faz sentido, afirma Rubens de Souza, do WFaria Advogados, acrescentando que esse movimento deve gerar novas disputas judiciais. “A tomada de crédito é feita com base no que a legislação permite, e não sobre o que vem de carga da etapa anterior.”

O advogado Felipe Azevedo Maia, sócio do escritório AZM Advogados Associados, tem um cliente nessa situação. Ele diz que, por enquanto, a companhia está discutindo a cobrança administrativamente. Para o advogado, o entendimento da Receita pode, aparentemente, fazer sentido, mas, na tomada de créditos, afirma, a exclusão do ICMS só poderá ocorrer se houver mudança na lei.

“A saída é baseada nos artigos 1º e 2º das leis do PIS e da Cofins. Já o crédito está no artigo 3º. Consta que a empresa pode tomar crédito sobre toda a despesa incorrida com serviços e mercadorias adquiridas como insumo. A legislação trata de uma maneira que não abre espaço para interpretação”, diz.

Outra empresa também autuada pela Receita Federal está sendo representada pelo advogado Diego Miguita, do VBSO Advogados. O comportamento do Fisco soa como “um revanchismo”, afirma, mas não causa surpresa. Segundo o advogado, a Receita passou o recado de que essas autuações poderiam ocorrer no ano de 2019, ao publicar a Instrução Normativa (IN) nº 1911.

Essa norma regulamenta a apuração do PIS e da Cofins. Com a publicação, foi revogada uma instrução normativa anterior, a de nº 404, de 2004, em que constava, de forma expressa, a possibilidade de crédito sobre a parcela do ICMS. A norma de 2019 suprimiu esse trecho do texto.

“Ficou num limbo e o mercado percebeu, nas entrelinhas, que a Receita estava se movimentando para descontar o ICMS destacado na nota de entrada. Só que não há base legal. E, mesmo que houvesse, a Receita não poderia exigir valores não recolhidos antes da data de publicação dessa IN, já que a orientação era outra, permitindo a tomada de créditos”, acrescenta Miguita.

A percepção dos advogados é de que a Receita segurou essas autuações até ter a certeza, no julgamento do STF, sobre qual ICMS deve ser retirado do PIS e da Cofins. A União defendia o imposto efetivamente recolhido. Prevaleceu na decisão, no entanto, o ICMS que consta na nota fiscal - geralmente maior.

“A Receita certamente deixaria essa questão dos créditos de lado se tivesse vencido no Supremo” diz o advogado Luca Salvoni, do escritório Cascione. Ele vê a discussão sobre o ICMS recolhido e as autuações que estão sendo vistas agora como “caminhos diferentes para chegar a um mesmo resultado matemático”.

Há empresas que se anteciparam a essa movimentação do Fisco. Optaram por ingressar com ação na Justiça para não correr riscos e ter garantido o direito de usar o valor cheio nas apurações do PIS e da Cofins. Existe pelo menos uma decisão, proferida pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região, em benefício do contribuinte (leia: **TRF de São Paulo mantém ICMS no cálculo**)

A Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) foram procuradas pelo **Valor**, mas não deram retorno. **(Colaborou Bárbara Pombo, de São Paulo)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

R\$ 79,90 | Mesa cotton multifuncional, a decoração adequada para o interior ou exterior da sua casa

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Tecnologia, design, funcionalidade e diversão, veja tudo o que o max hoverboard pode te oferecer!

MAX HOVERBOARD

Retomada do PIB deve perder ritmo, diz banco Fibra

Políticas monetária e fiscal menos expansionistas, o aumento das incertezas relacionadas à crise hídrica e vacinação são alguns dos fatores que podem reduzir o ritmo do crescimento, segundo o Fibra

Por **Arícia Martins** — De São Paulo

29/07/2021 05h01 · Atualizado há 3 horas

O ritmo de retomada econômica deve ter moderação ao longo do ano, mas o bom desempenho já observado no primeiro semestre garante crescimento acima de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2021, na avaliação do banco Fibra. Em relatório divulgado ontem, a instituição informa que revisou a estimativa para a expansão do PIB no ano de 5% para 5,6%. A projeção para 2022 foi mantida em 1,7%.

Segundo o economista-chefe do Fibra, Cristiano Oliveira, diversos indicadores coincidentes publicados recentemente confirmam a expectativa de que o PIB cresceu 0,5% no segundo trimestre em relação aos primeiros três meses do ano, feito o ajuste sazonal. Frente ao segundo trimestre de 2020, a economia deve ter avançado 13,3%, afirma Oliveira.

“Para o terceiro trimestre, nossas estimativas preliminares indicam leve desaceleração da taxa trimestral de crescimento e, para o quarto trimestre, nova desaceleração do ritmo, embora mantendo a trajetória ascendente”, diz.

Como fatores que devem fazer a recuperação perder fôlego, ele menciona as políticas monetária e fiscal menos expansionistas, o lento processo de vacinação, sobretudo na primeira metade do ano, que paralisou planos de investimentos em alguns setores, e o aumento das incertezas relacionadas à crise hídrica. “Logo, mantemos a estimativa de crescimento para 2022 em 1,7%, levando em conta a esperada desaceleração da atividade a partir do segundo semestre de 2021”, observou o economista-chefe do Fibra.

O Boletim Focus do Banco Central apontou na segunda-feira que a mediana das projeções do mercado para o PIB para este ano teve ligeira alta: de 5,27% para 5,29%. Para 2022, a aposta é de crescimento de 2,10%.

No relatório de ontem, o banco Fibra também mudou seu cenário para a inflação neste ano e no próximo. Para 2021, a projeção para a alta do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) avançou de 6,9% a 7,2%, bastante acima do teto da meta para o período, de 5,25%.

Segundo Oliveira, medidas mais qualitativas da inflação, como os núcleos, têm mostrado dinâmica preocupante e, olhando à frente, há riscos de aumento adicional de combustíveis e energia elétrica.

“Levando em conta as coletas recentes de inflação, nossos modelos de previsão de curto e médio prazos e a inércia inflacionária maior, revisamos para cima nossa estimativa para o IPCA em 2021”, explica Oliveira.

A previsão para o próximo ano foi ajustada de 4,1% para 4,2%, sendo que o alvo central para o próximo ano é 3,5%. Neste caso, a revisão foi concentrada nos preços de serviços, aponta o economista. O recente aumento das expectativas inflacionárias para 2022, que é o horizonte relevante da política monetária, deve ter impacto sobre o cenário do Banco Central, avalia Oliveira.

Na visão do economista, “aumentou consideravelmente” a probabilidade de que o Comitê de Política Monetária (Copom) acelere o ritmo de alta da Selic em suas duas próximas reuniões (em agosto e setembro) para 1 ponto percentual, encerrando o ciclo atual com um aumento de 0,75 ponto em outubro e um derradeiro de 0,5 ponto em dezembro.

“Acreditamos que o Copom irá elevar a taxa básica de juros para patamar ainda considerado neutro, isto é, ao redor de 7,5% ao ano, no final de 2021, e que no final de 2022 a taxa estará em 8,5% ao ano. Porém, reconhecemos que o risco de o Copom adotar política monetária contracionista já no início de 2022 não é desprezível”, pondera Oliveira.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

R\$ 79,90 | Mesa cotton multifuncional, a decoração adequada para o interior ou exterior da sua casa

DUBAI STORE

Consumo de combustível tem recuperação no 1º semestre

Dentre os principais produtos, exceção é querosene de aviação, aponta levantamento da ANP

Por André Ramalho — Do Rio

29/07/2021 05h01 · Atualizado há 3 horas

O consumo de combustíveis fechou o primeiro semestre com sinais de recuperação no Brasil, em relação a igual período do ano passado, entre praticamente todos os derivados, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP). A exceção ficou por conta do querosene de aviação (QAV), cujas vendas ainda seguem impactadas pelo enfraquecimento da demanda por transporte aéreo durante a pandemia.

Os números da ANP mostram, no entanto, que a melhora do mercado doméstico ainda não significa uma plena retomada da comercialização de combustíveis, aos

níveis pré-pandemia, para a maioria dos produtos.

O diesel segue como o grande destaque positivo. O consumo do derivado cresceu 11% nos seis primeiros meses de 2021, frente a primeira metade do ano passado. Na comparação com o primeiro semestre de 2019, houve um aumento de 8,1%.

“O carro-chefe é o agronegócio, mas também está havendo uma tendência muito forte de crescimento do transporte de produto industrializado, de carga seca no Brasil, diante de toda a transformação do consumidor neste momento [de pandemia], com o e-commerce, a venda online, o delivery”, afirmou o presidente da Ipiranga, Marcelo Araújo, em evento on-line, este mês.

A previsão da distribuidora é de que as vendas do diesel podem crescer até 8% este ano, na comparação com 2019. Araújo disse que a empresa reviu recentemente as suas projeções para 2021 e está mais otimista com o mercado brasileiro. A companhia estima um crescimento de cerca de 1% no consumo de combustíveis, no país, em relação a 2019, num movimento puxado justamente pelo diesel.

Segundo produto mais vendido nos postos brasileiros, a gasolina registrou, no primeiro semestre, um aumento de 8% em relação a igual período do ano passado. As vendas, porém, ainda não retomaram os patamares pré-covid. Em relação aos seis primeiros meses de 2019, o mercado doméstico acumula em 2021 uma baixa de 3,9% na comercialização do combustível.

A mesma tendência é observada na venda do etanol hidratado - que, assim como a gasolina, é fortemente associado ao comportamento de consumo das famílias brasileiras. O consumo do biocombustível subiu 2,7% ante janeiro e junho de 2020, mas acumulou no primeiro semestre de 2021 uma retração de 14,5% em relação à primeira metade de 2019.

Outro derivado muito ligado ao consumo das famílias, o gás liquefeito de petróleo (GLP), conhecido como “gás de cozinha”, se manteve relativamente estável na comparação com o primeiro semestre de 2020, com uma ligeira alta de 0,3%. Ante os seis primeiros meses de 2019, a alta é de 4,3%. Os números do mercado de GLP têm sido positivamente impactados pelas medidas de isolamento social na pandemia, já que se trata de um combustível massivamente usado nas residências, para fins de cocção.

AANP contabiliza ainda uma alta de 50,7% nas vendas de óleo combustível entre janeiro e junho de 2021, ante igual período de 2020, e de 39,3% frente a primeira metade de 2019. O aumento é justificado pelo maior despacho das termelétricas no país, para fazer frente a crise hídrica.

O setor aéreo, por outro lado, ainda está longe da recuperação. O consumo de QAV caiu 6,2% no primeiro semestre, ante igual período de 2020 - os números do ano passado são maiores porque incorporam os volumes do primeiro bimestre, período anterior à contração das atividades do setor aéreo. Na comparação com o primeiro semestre de 2019, houve uma queda de 47,3% nas vendas este ano.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

R\$ 79,90 | Mesa cotton multifuncional, a decoração adequada para o interior ou exterior da sua casa

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Dor nas costas? Este novo suporte para as costas mantém toda a sua coluna no lugar!

DRPOSTURA.COM

Comprar Agora

LINK PATROCINADO

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 28/07/2021	Caderno: Economia



Cobrança abusiva do ITBI e a responsabilidade civil dos prefeitos

“Quem não registra não é dono!”

Essa é a frase mais dita por todos aqueles que atuam de alguma forma com a transferência da propriedade de imóveis no Brasil.

Nesse cenário, outro conhecimento notório diz respeito à necessidade de recolhimento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis *Intervivos* (ITBI), tributo municipal que incide no momento de transmissão de uma propriedade.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF), no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1294969, reafirmou a jurisprudência dominante e esclareceu que o ITBI somente é devido com a transferência da propriedade imobiliária, efetivada mediante o registro junto ao cartório de Registro de Imóveis.

A decisão do Tribunal se apoiou nos artigos 108, 1.227 e 1.245 do Código Civil, que são claros ao dispor que a transferência da propriedade somente ocorre mediante registro da escritura pública no cartório de Registro de Imóveis. Portanto, os compromissos de compra e venda e as cessões de direito não constituem transmissão da propriedade e não configuram fato gerador do ITBI.

Porém, grande parte dos Municípios adotou um entendimento alternativo que lhes favorece. Ou seja, para essas prefeituras o ITBI seria devido no ato de formação do título de promessa de compra e venda do imóvel ou na cessão de direitos que possuem condição resolutiva condicionada ao pagamento integral do preço do imóvel.

Na prática, em alguns casos de financiamento, por exemplo, esse entendimento peculiar pode adiantar em vários anos a cobrança do ITBI para o momento da assinatura do compromisso de venda e compra do imóvel, ao invés de ser cobrado apenas após a quitação total do bem e seu consequente registro no assento tabular.

O julgamento em sede de repercussão geral do STF teve efeito vinculante em relação aos juízes e aos tribunais e, como se estabelece na legislação processual civil, deve ser aplicado obrigatoriamente em outros casos discutidos no judiciário. Assim sendo, entendimento diverso não poderia ser admitido também na esfera administrativa, o que torna incompreensível a insistência de qualquer interpretação diferente dada por algumas prefeituras. Fato é que muitas Municipalidades ainda mantêm legislações contrárias à decisão do STF.

Esse entendimento municipal e a prática da cobrança do citado imposto demonstram um evidente desconhecimento e desprezo à legalidade, implicando no uso abusivo da supremacia administrativa de imputação do recolhimento de um imposto indevido sem deixar alternativa para o contribuinte, senão o ingresso de ação judicial para discutir o caso individual e sobrecarregar o Judiciário.

Vale lembrar que de acordo com a Lei dos Notários, esses profissionais devem seguir o que está na lei municipal. Ou seja, ainda que tenham convicção contrária e desejem respeitar a legislação federal e o entendimento jurisprudencial, os notários devem exigir recolhimento do imposto, pois são colocados na posição de responsáveis tributários, nos termos da Lei 8.935/94:

Art. 30. São deveres dos notários e dos oficiais de registro:

(...) XI – fiscalizar o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que devem praticar;

Neste sentido, não adianta a sociedade questionar a cobrança do ITBI durante o ato notarial. A exigência deve recair sobre os Prefeitos, que devem responder não somente por danos causados ao erário na sua administração dolosa ou culposa, mas também por danos causados à sociedade em situações como esta, pois não seguem a decisão da

Corte Suprema, além de patrocinarem leis municipais que contrariem a legislação nacional.

Esta até poderia ser apenas mais uma situação do “Custo Brasil”, por se apresentar como mais uma das dificuldades que engessam a celebração de negócios e acaba por comprometer o crescimento do país.

Porém, a discrepância entre a previsão na legislação federal e a realidade prática do cotidiano municipal é tão evidente que a necessidade de levar a questão à esfera judicial deixa de ser uma mera alternativa, sendo o único caminho para se buscar o reparo a um “abuso”, diante da aplicação equivocada da lei e do entendimento vinculante dos Tribunais Superiores.

O saudoso jurista Hely Lopes Meireles em uma de suas obras define que a responsabilidade do prefeito será analisada *“sob o tríplice aspecto penal, político-administrativo e civil, visto que no desempenho de suas funções poderá incidir em qualquer desses ilícitos, dando ensejo à respectiva sanção, aplicada em processos distintos e independentes.”* LOPES MEIRELLES, Hely. *Direito Municipal Brasileiro*. 12^o Edição. Ed. Malheiros pág. 94.

Temos em nosso ordenamento várias legislações atribuindo responsabilidades aos Prefeitos, seja responsabilidade fiscal (lei n.º 7.347 de 24/07/85), responsabilidade por atos de improbidade administrativa (Lei n.º 8.429, de 02/06/92), responsabilidade civil (art. 37, § 6º da CF) ou responsabilidade popular (Lei n.º 4.717, de 29/06/65).

Infelizmente, para não ser lesado, o contribuinte deve seguir o ardoroso caminho da ordem judicial que determine a aplicação da legislação federal e da jurisprudência vinculante para garantir seu direito de recolher o ITBI apenas quando efetivamente realizar a transferência do imóvel para sua titularidade.

Mas cabe a reflexão: a sociedade e o Ministério Público também não deveriam buscar a alteração das legislações e a responsabilização dos Prefeitos em virtude das cobranças ilegais de ITBI?

***Kelly Durazzo é sócia do Durazzo & Medeiros Advogados, membro da Comissão Direito Imobiliário OAB/SP e do Conselho Jurídico da Associação das Empresas de Loteamento (Aelo), diretora SP da Comissão de Regularização Fundiária Urbana (REURB) e docente da Universidade Secovi**

***Diana Nacur é mestre em Direito Empresarial pela Faculdade Milton Campos e coordenadora interina da presidência da Comissão de Loteamento e Comunidades Planejadas do Instituto Brasileiro de Direito Imobiliário (IBRADIM)**

Veículo: G1	
Data: 29/07/2021	Caderno: Economia



Reforma do IR: impacto da isenção de taxaço de lucros e dividendos de empresas do Simples será de R\$ 50 milhões no 1º ano, diz relator

Relatório preliminar previa a taxaço em 20% dos lucros e dividendos distribuídos pelos pequenos negócios optantes pelo Simples Nacional, mas foi retirada a pedido dos empreendedores.

Por G1

29/07/2021 10h55 Atualizado há 25 minutos

O relator da reforma tributária do Imposto de Renda (IR) e investimentos, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), afirmou nesta quinta-feira (29) que o impacto da manutenção da isenção de taxaço de lucros e dividendos distribuídos pelas empresas optantes do Simples Nacional será de R\$ 50 milhões no primeiro ano. O valor corresponde ao montante que a União deixará de arrecadar com a manutenção da isenção.

Na quarta-feira (28), após reunião com o ministro da Economia, **Paulo Guedes**, Sabino **confirmou a manutenção da isenção de taxaço dos lucros e dividendos das empresas do Simples Nacional**. O relatório preliminar, apresentado no início do mês a líderes partidários, previa taxaço em 20%, mas foi retirado a pedido dos empreendedores.

"É um impacto efetivamente pequeno. No 1º ano, a perda de arrecadação seria de R\$ 50 milhões para você ter uma ideia, mas o ganho social e a sinalização que vamos dar para toda essa gama de micro e pequenos empresários no Brasil que estão cadastrados no Simples é imensurável", disse Sabino em evento virtual promovido pelo Centro de Liderança Pública (CPL).

A manutenção da isenção foi uma demanda dos pequenas empresários. Eles alegam que a redução 12,5 pontos percentuais da alíquota do Imposto de Renda das empresas, proposta na reforma, não alcançará o Simples Nacional, que é um regime tributário simplificado para negócios com faturamento de até R\$ 4,8 milhões anuais.

Na visão dos pequenos empreendedores, eles ficariam apenas com o ônus da taxa  o de 20% dos lucros e dividendos. Por isso, pediram a isen  o. A medida vai beneficiar cerca de 4,2 milhões de pequenos negócios optantes pelo Simples Nacional, segundo o governo. Já os lucros e dividendos distribuídos por 800 mil micro e pequenas empresas que estão fora do Simples Nacional serão isentos da taxa  o se forem de até R\$ 20 mil por mês. Segundo o relator, esse limite deve ser elevado, mas o valor ainda não foi definido.

Sabino disse que cerca de 5 mil pessoas físicas recebem lucros e dividendos acima de 20 mil oriundos de pequenos negócios. Segundo o relator, esse seria o contingente de pequenos empreendedores que passariam a ser taxados.

Durante o evento virtual, ele afirmou ainda que as regras de enquadramento do Simples Nacional são rígidas o suficiente para evitar uma migra o desordenada de empresas para o sistema, tentando fugir da taxa  o dos dividendos. Essa hipótese foi levantada por alguns especialistas.

Os lucros e dividendos distribuídos pelas demais empresas serão taxados em 20%, se a proposta for aprovada. Desde 1995, essa fonte de renda é isenta de impostos.

Veículo: G1	
Data: 28/07/2021	Caderno: Economia



ANP: Consumo de combustíveis dá sinais de recuperação no 1º semestre

Querosene de aviação é a exceção, com as vendas impactadas pelo enfraquecimento do setor de transporte aéreo durante a pandemia.

Por Valor Online

28/07/2021 17h40 Atualizado há 17 horas



Preço do combustível assusta consumidores em Ribeirão Preto, SP — Foto: Reprodução/EPTV

O consumo de combustíveis fechou o primeiro semestre com sinais de recuperação no Brasil, em relação a igual período do ano passado, entre praticamente todos os derivados, segundo dados da **Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)**.

A exceção ficou por conta do querosene de aviação (QAV), cujas vendas ainda seguem impactadas pelo enfraquecimento da demanda por transporte aéreo na pandemia. A melhora do mercado doméstico, porém, ainda não significa uma plena retomada da comercialização de combustíveis, aos níveis pré-pandemia, para a maioria dos produtos.

- **Preço dos combustíveis aperta lucro de motoristas de app e motoboys – que escolhem corridas e pensam em largar a profissão**
- **Entenda como são formados os preços da gasolina e do diesel**

Os números da ANP mostram que o diesel segue como o grande destaque positivo. O consumo do derivado cresceu 11% nos seis primeiros meses de

2021, frente à primeira metade do ano passado, para uma média de 4,94 bilhões de litros por mês. Na comparação com o primeiro semestre de 2019, houve um aumento de 8,1%.

“O carro-chefe é o agronegócio, mas também está havendo uma tendência muito forte de crescimento do transporte de produto industrializado, de carga seca no Brasil, diante de toda a transformação do consumidor neste momento [de pandemia], com o e-commerce, a venda online, o delivery”, afirmou o presidente da Ipiranga, Marcelo Araújo, em evento on-line, este mês.

A previsão da distribuidora, controlada pelo Grupo Ultra, é de que as vendas do diesel podem crescer até 8% este ano, na comparação com 2019 – em linha com o desempenho do primeiro semestre.

Araújo disse que a empresa reviu recentemente as suas projeções para 2021 e está mais otimista com o mercado brasileiro. A companhia estima um crescimento de cerca de 1% no consumo de combustíveis, no país, em relação a 2019, num movimento puxado justamente pelo diesel.

Segundo produto mais vendido nos postos brasileiros, a gasolina registrou, no primeiro semestre, um aumento de 8% em relação a igual período do ano passado, para uma média de 2,96 bilhões de litros por mês.

As vendas do derivado, porém, ainda não retomaram os patamares pré-Covid. Em relação aos seis primeiros meses de 2019, o mercado doméstico acumula em 2021 uma baixa de 3,9% na comercialização do combustível. A mesma tendência é observada na venda do etanol hidratado – que, assim como a gasolina, é fortemente associado ao comportamento de consumo das famílias brasileiras. A comercialização do biocombustível subiu 2,7% ante janeiro e junho de 2020, mas acumula no ano uma retração de 14,5% em relação à primeira metade de 2019.

Outro derivado muito ligado ao consumo das famílias, o gás liquefeito de petróleo (GLP), conhecido como “gás de cozinha”, manteve vendas relativamente estáveis na comparação com o primeiro semestre de 2020, com uma ligeira alta de 0,3%. Ante os seis primeiros meses de 2019, a alta é de 4,3%.

Os números do mercado de GLP têm sido positivamente impactados pelas medidas de isolamento social na pandemia, já que se trata de um combustível massivamente usado nas residências, para fins de cocção.

A ANP contabiliza ainda uma alta de 50,7% nas vendas de óleo combustível entre janeiro e junho de 2021, ante igual período de 2020, e de 39,3% frente

a primeira metade de 2019. O aumento é justificado pelo maior despacho das termelétricas no país, para fazer frente a crise hídrica que afeta o sistema elétrico nacional.

O setor aéreo, por outro lado, ainda está longe de recuperar os níveis de demanda pré-pandemia. O consumo de QAV acumula uma queda de 6,2% em 2021, ante o primeiro semestre de 2020, e de 47,3% frente a igual período de 2019.

Embora a primeira metade de 2020 tenha sido o período de auge das medidas de restrição à mobilidade, os números de 2020 se mantêm acima dos dados deste ano porque incorpora os volumes do primeiro bimestre do ano passado, período anterior à contração das atividades do setor aéreo.

Imposto de Renda injusto

MARCOS PINTO



A reforma do Imposto de Renda proposta pelo governo Bolsonaro realizou uma proeza: desagradou a todos. Talvez isso seja inevitável, tratando-se de impostos, mas desconfio que a rejeição decorra das falhas da proposta do governo.

O primeiro problema é que ela penaliza os empresários, mas protege os investidores. Após a reforma, a alíquota agregada dos tributos incidentes sobre lucros das empresas chegará a 43%. A alíquota dos rendimentos sobre aplicações financeiras será de apenas 15%.

O segundo problema é que a proposta mantém o privilégio dos profissionais liberais. Atualmente, por meio de pessoas jurídicas, médicos e advogados pagam pouco imposto, enquanto os trabalhadores pagam até 27,5% do que ganham. Além disso, os profissionais liberais não pagam as mesmas contribuições sociais que os trabalhadores.

Em vez de atacar essa injustiça, a proposta do governo agrava o problema, pois reduzirá a alíquota do Imposto de Renda da pessoa jurídica, mas manterá a isenção da pessoa física para os dividendos recebidos de pequenas empresas. Enquanto a tributação do assalariado será a mesma, a de muitos profissionais liberais, que já era baixa, será ainda menor.

O terceiro problema da proposta é que ela foi feita de forma isolada, sem atentar para seus impactos no sistema tributário como um todo. Desde o início do governo, espera-se um esforço real para aprovar uma ampla reforma tributária, mas nada de concreto foi feito até agora.

Ao contrário do que ocorre nos países ricos, a maior parte de nossa arrecadação não vem do Imposto de Renda, que representa menos de um quarto do total, mas dos tributos sobre consumo, responsáveis por mais de metade da receita tributária do país.

O primeiro problema da proposta de reforma do IR é que ela penaliza os empresários, mas protege os investidores

Tributos sobre o consumo são injustos.

Como os pobres consomem quase tudo o que ganham, gastam uma fatia maior da renda com esses tributos do que os ricos. Isso faz com que a carga tributária brasileira seja regressiva: enquanto os 10% mais pobres gastam cerca de 30% da renda com tributos, os 10% mais ricos gastam apenas 20%.

Para resolver esse problema, é preciso aumentar a tributação sobre a renda e reduzir a tributação sobre consumo, sem aumentar a carga tributária. Mas como convencer a sociedade brasileira a pagar mais Imposto de Renda sem reduzir imediatamente os impostos sobre o consumo?

Em alguns aspectos, a proposta do governo tenta avançar. Porém tudo indica que as melhores medidas da proposta serão abandonadas na negociação com o Congresso e que o resultado da reforma será uma perda de arrecadação do Imposto de Renda.

Infelizmente, não existe almoço grátis. Com uma dívida gigantesca, o país não pode reduzir sua carga tributária agora. Logo a perda de arrecadação terá de ser compensada. E o será mediante a elevação dos tributos sobre o consumo, que atingem os cidadãos de renda mais baixa.

Ao final, quem pagará a conta do banquete serão os pobres, que nem sequer estão sentados à mesa.



Marcos Pinto, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários, é mestre em Direito pela Universidade Yale, mestre em economia pela FGV-RJ e doutor em Direito pela USP

PRESSÃO NOS PREÇOS

ALIMENTOS VOLTAM A SUBIR COM FRIO E SECA

Clima reduz produtividade no campo em até 45% e terá impacto para o consumidor

CLEIDE CARVALHO
cleide.carvalho@oglobo.com.br
SÃO PAULO

Há dois meses um caminhão-tanque rega pés de laranja, tangerina, limão, macadâmias e abacateiros na Fazenda Lagoa, em Brotas (SP). É a primeira vez em 20 anos que as árvores adultas precisam ser molhadas para não morrerem com a seca. A partir de hoje, o caminhão vai circular durante a madrugada. Com previsão de temperaturas perto de zero grau, o pomar será pulverizado com água para derreter a camada de gelo formada pela geada. Só assim é possível evitar que as plantas queimem com os primeiros raios de sol.

— Nunca vi uma seca como essa. Ano a ano está mais seco e mais quente. E agora vieram as geadas. O clima está do avesso — diz Eder Marciano, gerente de 6 mil hectares em fazendas nas cidades de Botucatu, Bauru e Ocaçu, além de Brotas.

A consequência dos eventos climáticos extremos, como a seca, a geada ou a nova onda de frio que chega ao país, é o impacto nos preços dos alimentos. O economista Sérgio Vale, da MB Associados, afirma que o consumidor vai sentir primeiro o aumento em hortaliças e frutas. Segundo ele, em vários outros produtos, só será possível voltar ao equilíbrio na próxima safra:

— O cenário do segundo semestre é de aumento de preços, justamente no momento em que o país terá a população vacinada e um retorno mais intenso do consumo.

A inflação desse grupo de produtos vinha perdendo força este ano, depois de ter respondido por boa parte da alta de 2020. A expectativa era que



Danos. Forte geada alinge Caias do Sul (RS): o frio intenso afeta alimentos, que devem pesar no orçamento do brasileiro junto com a conta de luz e combustíveis

os preços dos alimentos se estabilizassem. O que não está se confirmando.

Ainda refletindo a alta de alimentos de 2020, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15, apóvia da inflação) está em 8,59% no acumulado em 12 meses até julho. O mercado espera que a inflação oficial recue a 6,56% até o fim do ano. Há um mês, porém, a projeção era de 5,97%. Analistas vêm subindo gradativamente as estimativas de inflação há 16 semanas.

A alimentação deu uma tré-gua, a ponto de a taxa acumulada ter caído de 18,04% para 15,27% em 12 meses até julho. Nos últimos meses, os vilões da inflação foram energia elétrica e combustíveis,

pressões que devem se manter, juntando-se à esperada alta nos preços dos serviços com o avanço da vacinação e o fim das restrições de funcionamento, explica o economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV) André Braz:

— Por causa do aumento da bandeira tarifária, a energia já subiu 8,5% em julho e deve subir mais 4% em agosto, o que fará o preço dos serviços subirem. E agora esperamos alta nos alimentos também.

Ele diz que neste trimestre, hortaliças e carnes (que subiram 35,15% em 12 meses) devem ficar mais caras:

— Com a seca, sem pastagens, tem que usar ração para alimentar o gado, o que aumenta o custo. A seca nos Esta-

dos Unidos, grande produtor de soja e milho, também está durando mais que o esperado, o que afeta o preço internacional dos grãos, pois tinha começado a ceder lá fora.

VOLTA ÀS AULAS INFLUENCIA

Flávio Godas, economista da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), afirma que a volta às aulas presenciais é outro fator de pressão, pois aumentará a demanda por produtos para merenda escolar:

— A expectativa é a de redução de oferta e de qualidade, e elevação de preços. As compras institucionais para as escolas também devem encarecer os produtos.

A Ceagesp adquire produtos

de 1.480 municípios brasileiros. Segundo Godas, a última geada, no dia 20, foi generalizada e atingiu até mesmo regiões quentes do estado de São Paulo, como São José do Rio Preto e Ribeirão Preto. O resultado foi um aumento de 20%, principalmente nos preços das verduras, como alface, agrião, escarola e rúcula.

Em São Paulo, a seca de 2020 se prolongou até o fim de novembro. Este ano, começou em abril e a previsão é que chova só em outubro.

Tirso Meirelles, vice-presidente da Federação de Agricultura do Estado de São Paulo, afirma que, neste ano, houve perdas no estado de até 35% na segunda safra de milho e redução entre 40% e

45% na produtividade das lavouras de laranja, cana e café. Na última geada, em 20 de julho, as perdas de hortaliças e frutas chegaram a 90% na região de Botucatu e Bauru.

Em Minas Gerais, que registrou neste mês a maior geada dos últimos 20 anos, pelo menos 30% das lavouras de café foram atingidas. Algumas fazendas perderam até 80% dos cultivos, e estimativas apontam para uma redução de pelo menos 7 milhões de sacas até agora.

Estasemana, a previsão de nova geada levou produtores de São Paulo, Minas Gerais e Paraná a anteciparem a colheita. No caso dos frutos, eles chegarão ao consumidor menores.

— Vai precisar de mais laranja para fazer um litro de suco — resume Meirelles.

CANA NÃO RESISTE A FRIO

Pablo Nitsche, pesquisador do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná, explica que, além da seca e da geada, as temperaturas estão cada vez mais altas. Em outubro passado, o Paraná bateu todos os recordes de temperatura, e a estiagem atrasou o plantio de soja.

— No Norte do estado, as temperaturas chegaram a 38,5°C na sombra. No campo, no solo exposto, passam de 50°C, 60°C — diz Nitsche, lembrando que, com isso, a rentabilidade dos agricultores cai.

Segundo Fábio Marin, professor do Departamento de Engenharia de Biosistemas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da USP, as geadas não são comuns em São Paulo.

Marin explica que tanto o calor quanto o frio intenso afetam a fisiologia das plantas, que passam a ter ciclos mais curtos e menos produtividade. Até mesmo a cana, considerada mais resistente e que representa a maior extensão de área plantada no estado (perde só para o pasto), pode morrer com o frio.

Abaixo de 12°C, a cana entra em dormência, deixando de fazer fotossíntese e acumular açúcar, mas retoma quando a temperatura volta a subir. Com menos de 5°C, a fotossíntese é interrompida e não retoma — o pé sofre lesões, com a morte de folhas. Com termômetros entre 1°C e 2°C, ela morre e precisa ser cortada. (Colaborou Cássia Almeida)

8,59%

É a inflação acumulada nos últimos 12 meses, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15)

20%

Foi a alta registrada pela Ceagesp, que compra produtos de 1.480 municípios, nos preços de alimentos após a última geada, este mês

30%

Das lavouras de café de Minas Gerais foram afetadas com a maior geada já registrada nos últimos 20 anos no estado, com redução de 7 milhões de sacas

35,15%

Foi a alta média das carnes nos últimos 12 meses. A seca afeta pastagens e obriga o uso de ração, aumentando o custo da criação

IR: relator mantém incentivo ao vale-alimentação

Deputado Celso Sabino desiste de acabar com deduções que estimulam as empresas a oferecer o benefício ao trabalhador e garante que dividendos pagos por micro e pequenas empresas do Simples continuarão isentos

FERNANDA TRISOTTO
fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Após se reunir com o ministro da Economia, Paulo Guedes, o relator da reforma do Imposto de Renda (IR), deputado Celso Sabino (PSDB-PA), disse ontem que vai retirar do seu texto a medida que previa o fim dos incentivos fiscais do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), que facilita o pagamento de benefícios como o vale-alimentação.

Ele também afirmou que os dividendos distribuídos por empresas do Simples Nacional continuarão isentos, independentemente do valor, como antecipou o GLOBO. E disse que deve aumentar o limite de isenção de micro e pequenas para acima de R\$ 20 mil mensais.

A expectativa é que o projeto seja analisado no plenário da Câmara assim que acabar o recesso parlamentar, no iní-

cio de agosto, de acordo com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

TÉRMINO SERIA ESTE ANO

Atualmente, as empresas podem deduzir do Imposto de Renda o dobro das despesas comprovadamente realizadas em programas de alimentação do trabalhador, previamente aprovados pelo governo. Esse benefício deixaria de existir em 31 de dezembro de 2021, pela proposta original do relator. Agora, Sabino voltou atrás e disse que o incentivo ao vale-alimentação está mantido.

— Sensíveis aos argumentos apresentados pelos deputados da oposição, nós vamos retirar do texto qualquer menção ao programa de alimentação do trabalhador.

Outra mudança foi quanto a empresas do Simples. Pelo parecer original do deputado, a faixa de isenção na taxa sobre dividendos está limitada a R\$ 20 mil.



De acordo. O deputado Celso Sabino decidiu as mudanças no parecer depois de se reunir com Paulo Guedes

Acima desse valor, se aplica a alíquota de 20%, mesmo para empresas do Simples.

O relator disse que vai permitir que dividendos distribuídos por empresas do Simples não sejam taxados, independentemente do seu valor. De acordo com Sabi-

no, essa demanda foi encaminhada pelo presidente da Câmara e recebeu o aval da equipe econômica:

— (As empresas do Simples) permanecerão isentas, beneficiando assim milhares de pessoas — afirmou.

Paulo Guedes, reiterou

que o Simples estará de fora da reforma que muda as regras do Imposto de Renda.

— O simples estará fora. Quem estiver no Simples não cai nessa nova regra — disse o ministro.

Atualmente, há cerca de 5 milhões de micro e pequenas

empresas no Brasil, sendo que 4,2 milhões se enquadram no regime Simples — são microempresas com faturamento de até R\$ 360 mil anuais ou empresas de pequeno porte que faturam até R\$ 4,8 milhões por ano.

REUNIÃO COM ESTADOS

Para as demais 800 mil empresas está sendo avaliada a possibilidade de ampliação da faixa de isenção, fixada em R\$ 20 mil pelo relator.

— Estamos fechando as contas com uma grande possibilidade de nós aumentarmos a faixa de isenção, hoje prevista em R\$ 20 mil — declarou Sabino.

O deputado também disse que as conversas com estados e municípios estão avançando. O objetivo é encontrar uma solução para promover as mudanças no Imposto de Renda sem gerar perda para os entes subnacionais. Uma reunião sobre o assunto está marcada para hoje.

WASHINGTON COSTA / DIVULGAÇÃO



Ministro promete novo Bolsa Família para agosto

BRASÍLIA

A reestruturação dos programas sociais do governo federal será feita no início de agosto, com a publicação de uma medida provisória (MP).

A ação — que vai abranger o Bolsa Família, programa de aquisição de alimentos e microcrédito — passará a vigorar em novembro, quando os pagamentos do auxílio emergencial já terão sido encerrados.

Os ministros da Cidadania, João Roma, confirmou que a intenção é atender mais beneficiários, passando dos atuais 14,6 milhões do Bolsa Família para 17 milhões de famílias.

— Pretendemos apresentar (a reestruturação) no início do mês de agosto através de uma medida provisória, buscando fortalecer a transferência de renda, ampliando a quantidade de beneficiários.

De acordo com o ministro, a

próxima etapa é definir a parte econômica do programa, como o valor médio do programa. O objetivo é seguir a orientação do presidente Jair Bolsonaro, que mencionou aumento de 50% no valor, alcançando uma média de R\$ 300.

— O presidente falou de um aumento de cerca de 50% do valor. Nós pretendemos que chegue a isso e talvez até mais, mas tudo isso vai depender de entendimentos com a área

econômica — afirmou Roma.

Hoje, o valor médio do Bolsa Família está em R\$ 190. Já o auxílio emergencial varia de R\$ 150 a R\$ 375. O ministro da Economia, Paulo Guedes evitou falar de valores:

— Todos os cálculos do programa social foram extremamente responsáveis, dentro da lei de responsabilidade fiscal e respeitando o teto (de gastos) — disse Guedes.

(Fernanda Trisotto)

STF anula correção de salários na Petrobras

A pedido da estatal, ministro Alexandre de Moraes derrubou decisão do TST que, em 2018, determinou indenização a 51 mil funcionários. Projeções apontavam custo de até R\$ 46 bilhões para a empresa

MARIANA MUNIZ
E STEPHANIE TONDO
economia@oglobo.com.br
matheus.ro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), acolheu ontem recurso da Petrobras e derrubou decisão de 2018 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que condenou a estatal a corrigir os salários de 51 mil servidores ativos e inativos.

Quando foi derrotada no TST, a Petrobras calculou que o pagamento retroativo teria um impacto de R\$ 17 bilhões. Agora, segundo fontes envolvidas no processo, a estatal estimaria uma perda de R\$ 46 bilhões. Esse é o valor decorrente da necessidade de atualizar retroativamente os salários. Há ainda um pagamento referente aos salários futuros, que não está na conta.

Cabe recurso dos sindicatos da Petrobras ao plenário do STF, que pode ser virtual ou físico. A Federação Única dos Petroleiros (FUP) disse que vai recorrer da decisão e defende julgamento no plenário.

Em nota, a Petrobras afirmou que a decisão “reconhe-

ce a validade do acordo coletivo de trabalho livremente firmado entre a Petrobras e os sindicatos, revertendo a decisão do TST”, mas ponderou que cabe recurso.

Procurada sobre eventual impacto financeiro da causa, a Petrobras limitou-se a informar que, no balanço do primeiro trimestre, reconheceu como perda possível o valor de R\$ 30,2 bilhões e o de R\$ 700 milhões como perda provável, “reconhecido no passivo como provisão para processos judiciais e administrativos”.

TRABALHADORES CIENTES

O caso remonta a 2007, quando a Petrobras criou a complementação da Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR), uma espécie de piso. Pelos termos do acordo, adicionais — como trabalho noturno, regime de sobreaviso ou de periculosidade — fazem parte do cálculo da RMNR. Os funcionários, porém, foram à Justiça para que os adicionais fossem pagos em separado.

A Justiça do Trabalho começou a receber ações contra a Petrobras em 2010, e, em 2018, a maioria do TST deci-



Disputa. A Justiça do Trabalho começou a receber ações de funcionários contra a Petrobras, por causa da RMNR, em 2010

diu a favor dos funcionários. A decisão, na prática, determinava que os complementos dos trabalhadores fossem pagos de forma dobrada.

Em sua decisão, porém, Moraes observou que as sentenças de primeiro e segundo graus entenderam que os adicionais devem compor o cálculo do complemento da RMNR e, por isso, julgaram improcedente o pedido dos funcionários. Só na terceira instância, a do TST, houve en-

tendimento contra a estatal.

Moraes considerou ainda o impacto financeiro para a Petrobras. “Apenas a parte autora neste caso concreto (um trabalhador da estatal) entendeu ter recebido um terço do valor efetivamente devido. Em um só mês, há cerca de dez anos, foram R\$ 2.000 pagos a menor. Consideradas as milhares de ações em curso, mostram-se verossímeis as projeções de passivo da companhia”, apontou o ministro.

Ele também entendeu que tanto sindicatos como trabalhadores foram esclarecidos a respeito da RMNR. Para Moraes, “supor que a cláusula não foi devidamente compreendida pelos trabalhadores, por faltar-lhe a demonstração matemática das suas consequências, é, no mínimo, menosprezar a capacidade do sindicato de (...) negociar os melhores termos do acordo.”

E afirmou que “somente em caso de flagrante incons-

titucionalidade, caberia a intervenção judicial para alterar o que foi livremente negociado pelas partes.”

‘SEGURANÇA JURÍDICA’

Francisco Caputo, do escritório Caputo, Bastos e Serra, que atuou no processo em defesa da Petrobras, disse que a criação da parcela única foi um pedido dos trabalhadores e elogiou a decisão do STF:

— Traz segurança jurídica para futuros acertos entre empregadores e empregados.

Leandro Antunes, professor de Direito Trabalhista do Ibme/RJ, ressalta haver consenso de que o Judiciário não pode intervir em acordos coletivos, exceto quanto há alguma prática que vá contra a lei.

Mas pondera que a RMNR poderia se enquadrar no que o Direito do Trabalho chama de “salário complessivo”, ou seja, o pagamento de verbas salariais de forma unificada, sem especificar a que cada uma se refere, o que é proibido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

— Pela lei, cada parcela tem que vir acompanhada do seu fato gerador.

Decisão do Fed faz dólar cair 1,29%, a R\$ 5,10

O dólar comercial fechou em queda de 1,29% ontem, a R\$ 5,1088, depois de o Federal Reserve (Fed, o banco central americano), anunciar a manutenção da política monetária dos Estados Unidos. A taxa básica de juros do país, assim, permanece entre zero e 0,25%, o que torna os países emergentes, como o Brasil, atraentes para os investidores em busca de rendimentos maiores.

O Ibovespa, principal índice da Bolsa brasileira, teve alta de 1,34%, aos 126.285 pontos.

O mercado já esperava que o Fed mantivesse os juros, mas aguardava uma sinalização sobre quando seriam retirados os estímulos monetários, como as compras mensais de ativos pelo BC americano. Mas este, em seu comunicado, deixou claro que ainda aguarda a recuperação plena das empresas e, principalmente, do mercado de trabalho. O Fed ressaltou ainda que considera a atual alta dos preços transitória.

Os preços do petróleo subiram depois de o governo americano divulgar queda em seus estoques. O barril do tipo Brent fechou em alta de 0,4%, a US\$ 74,74. Com isso, as ações ordinárias (ON, com voto) da Petrobras ganharam 1,83%, e as preferenciais (PN, sem voto) subiram 2,06%.

Já os papéis ON da Vale avançaram 2,73%, com os investidores antecipando um balanço positivo, a ser divulgado após o pregão. O que se comprovou: a empresa teve lucro líquido de US\$ 7,586 bilhões no segundo trimestre, com a demanda da China puxando o preço do minério de ferro. Foi um salto de 662% frente ao mesmo período de 2020. (Stephanie Tondo e Vitor da Costa)

Veículo: Correio Brasiliense	Caderno: Economia
Data: 26/07/2018	Página: -

CORREIO BRAZILIENSE

Revendedores de combustíveis rebatem Bolsonaro

Publicado em 26 de julho de 2021 [samantasallumColuna Capital S/A](#)

Por Samanta Sallum

O Sindicombustíveis no DF reagiu à declaração do presidente Jair Bolsonaro de que os culpados pela elevação de preços dos combustíveis e gás de cozinha são o ICMS estadual e os revendedores.

O sindicato aponta que, desde de novembro de 2020, a Petrobras passou a realizar vários reajustes seguidos, foram no total 12 elevações de preços nas refinarias, que somaram 65% de aumento.

Isso significou que o litro da gasolina saiu de R\$ 1,7190 na refinaria em Brasília e Goiânia para R\$ 2,8372 totalizando R\$ 1,1180 de repasse às distribuidoras. Nesse mesmo período, segundo dados oficiais da Secretaria de Fazenda do DF, o preço médio praticado nos postos na capital passou de R\$ 4,5280 para R\$ 5,7370, o que representa acréscimo linear de 26,7%.

Aumento do etanol

Além dos reajustes nas refinarias, no mesmo período, o etanol anidro, que compõe em 27% a gasolina tipo C entregue aos consumidores, também sofreu elevação de 36% devido à quebra de safra.

“Portanto, fica numericamente claro que a revenda não tem nenhuma participação nesta elevação de preços dos combustíveis, mas apenas o repasse referente aos reajustes ocorridos em um mercado livre que sofre forte influência internacional dos preços do petróleo e da variação cambial no Brasil”, afirma Paulo Tavares Presidente do Sindicombustíveis no DF.

Reforma tributária

O secretário de Economia do DF, André Clemente, afirma também que os estados e o ICMS não são culpados pelo preço dos combustíveis.

“Um política econômica eficaz e uma reforma tributária de verdade talvez coloquem fim de uma vez por todas nesse assunto e o Brasil volte a crescer. Assim a qualidade de vida e o poder aquisitivo do cidadão podem melhorar”, aponta Clemente.

Pandemia

Segundo o Sindicombustíveis, a Petrobras precisa rever sua política de preços e reajustes. “Pois, com este modelo, os verdadeiros responsáveis são as crises econômicas e principalmente a pandemia pela constante elevação dos preços, tanto dos combustíveis fósseis quanto do gás de cozinha. E a população que já sente a inflação batendo recordes, irá sofrer cada vez mais”, completa Paulo Tavares.